



Universidade Federal do Pará
Faculdade de História
Licenciatura em História

Sammya Daniele Paixão dos Santos

Comércio Fluvial na Capitania do Rio Negro: a atuação dos militares e suas conexões com as ações de fiscalidade e defesa das fronteiras (1780-1808)

ANANINDEUA
2023

Sammya Daniele Paixão dos Santos

Comércio Fluvial na Capitania do Rio Negro: a atuação dos militares e suas conexões com as ações de fiscalidade e defesa das fronteiras (1780-1808)

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em História, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Siméia de Nazaré Lopes

ANANINDEUA
2023

Sammya Daniele Paixão dos Santos

Comércio Fluvial na Capitania do Rio Negro: a atuação dos militares e suas conexões com as ações de fiscalidade e defesa das fronteiras (1780-1808)

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em História, pela Universidade Federal do Pará.

Data de aprovação: 11 /07 /2023

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Siméia de Nazaré Lopes
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. André José Santos Pompeu
Universidade Federal do Pará

Profª. Ma. Roberta Kelly Lima de Brito
Universidade Federal do Amazonas

Aos meus pais por todo incentivo e ajuda para
que tudo isso tornasse possível.

Agradecimentos

A elaboração desta pesquisa constituiu-se em desafio que exigiu a formação de uma rede de colaboradores para que eu conseguisse ter êxito. Por esse motivo, esses agradecimentos são mais do que mera formalidade de trabalhos acadêmicos, é na verdade, uma homenagem a todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram a chegar ao final deste curso.

Agradeço, primeiramente, a Deus por toda a força física e mental necessárias para superar todos os obstáculos de ordem financeira, pandêmica e emocional para lidar com o cotidiano da sala de aula.

Com todo meu coração agradeço aos meus pais, Clorisvaldo Santos e Mônica Paixão, por todo apoio de ordem emocional e financeiro para conseguir chegar ao final desta graduação. Agradeço ao meu irmão Samuel Paixão pela companhia noturna no desenvolvimento desta pesquisa.

Devo, também, a minha orientadora Siméia de Nazaré Lopes por ter me convidado para ser sua bolsista no projeto de Iniciação Científica, sem isso não teria amadurecido como pesquisadora. Além disso, me garantiu plena liberdade de criação e confiança para que eu pudesse trilhar os caminhos da pesquisa acadêmica.

À UFPA e, em especial, a minha parceira de bolsa e amiga Júlia Brenda pelas conversas formais e informais que mantivemos ao longo da pesquisa, além das companhias nos arquivos públicos da vida.

Aos amigos, Élber Soares, Ruan Francisco e Roger Cunha pelas conversas e os grupos de trabalhos que fizemos ao longo do curso. A minha amiga Janaína, por toda a sua torcida pela conclusão desse trabalho e os momentos de entretenimento que me ajudaram a não sucumbir de desespero nesse último semestre.

Aos meus entes queridos, meu avô José Cardoso, meu primo Lucas Paixão, a minha bisavó Isabel Paixão que, infelizmente, já não estão entre nós, dedico este trabalho a vocês, pois sei que, onde estão, torceram por mim nesse processo. A saudade que sinto de vocês é grande e o meu amor é eterno.

RESUMO

Esta pesquisa compreende o contexto de tensões diplomáticas geradas pelas demarcações de fronteira na capitania do Rio Negro no período de 1780 a 1808. O presente trabalho tem como objetivo analisar o comércio fluvial como elemento importante no processo de conquista do vale do Rio Amazonas e seus afluentes. Isso deve-se ao fato de que o conhecimento das vias fluviais eram importantes para a proteção da capitania, as correções das demarcações de fronteira, as quais faziam uso de rios como referência e são por esse caminhos fluvianos que circulam os produtos que abastecem as vilas e os regimentos militares. Desse modo, foram utilizados relatos de viajantes e códices do Arquivo Público do Estado do Para (doravante APEP), os quais consistem em cartas de autoridades políticas e militares sobre a defesa das fronteiras e o estabelecimento do domínio lusitano na capitania.

Palavras-chave: História econômica; Amazônia Colonial; Capitania do Rio Negro; Comércio fluvial.

ABSTRACT

This research comprises the context of diplomatic tensions generated by border demarcations in the captaincy of Rio Negro in the period from 1780 to 1808. The present work aims to analyze river trade as an important element in the process of conquest of the Amazon River valley and its tributaries. This is due to the fact that knowledge of the waterways was important for the protection of the captaincy, the corrections of the border demarcations, which used rivers as a reference and it is through these river paths that the products that supply the villages circulate and military regiments. Thus, travelers' reports and codices from the Public Archive of the State of Pará were used, which consist of letters from political and military authorities about the defense of the borders and the establishment of Lusitanian rule in the captaincy.

Keywords: Economic history; Colonial Amazon; Captaincy of Rio Negro; River trade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01	Região hidrográfica da bacia amazônica	13
Mapa 02	Rotas de navegação do Rio Amazonas	34
Iconografia 01	Forte de São José da Barra do Rio Negro	30
Iconografia 02	Planta da cidade da Barra do Rio Negro em 1844	32
Iconografia 03	Desenho de Paul Marcoy em sua passagem pelo posto de Tabatinga no Rio Amazonas (1846)	40

LISTA DE SIGLAS

ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

APEP - Arquivo Público do Estado do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 Sociedade corporativa: uma rede de relações nos rios da Amazônia colonial.	13
1.1 Entre Metrópole e Colônia: no desenrolar da expansão portuguesa.	14
1.2 Comunicações fluviais: ausência de centralidade e controle.	18
1.3 As formas de controle e ocupação da Capitania do Rio Negro.	25
2 O Projeto Colonial para a Capitania do Rio Negro: fronteiras, militares e comércio fluvial.	30
2.1 Ações dos agentes coloniais para estabelecer o domínio na capitania do Rio Negro.	33
2.2 O comércio fluvial: práticas e relações comerciais pelos militares	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	55
FONTES	55

Introdução

Os estudos recentes sobre o processo de colonização na América Portuguesa consideram cada vez mais a pluralidade e as ações das instituições locais como elemento importante para completar a dominação. Nesse sentido, as autoridades locais envolvidas no empreendimento colonial na capitania do Grão-Pará e Rio Negro buscaram soluções práticas para controlar e defender a região diante de uma possível invasão de outras potências europeias. Desse modo, a presente pesquisa busca compreender o comércio fluvial como elemento importante para o estabelecimento da conquista da capitania do Rio Negro, no período de 1780 a 1808.

Diante desse cenário, destacam-se para este estudo as ações de salvaguarda de fronteiras e o controle de circulação de pessoas nas principais comunicações fluviais da capitania. Por esse motivo, elenca-se a relevância do controle das principais rotas de navegação da calha central do Rio Amazonas e do Rio Negro para garantir a posse da região. A partir disso, algumas questões são possíveis para serem analisadas: como se dava o controle das rotas fluviais consideradas estratégicas na capitania para o comércio fluvial? Como o comércio clandestino no circuito fluvial, em áreas consideradas estratégicas para as autoridades militares, era desenvolvido e quais os seus atores?

Essas questões permitem desenvolver discussões sobre o comércio fluvial como um elemento importante para o estabelecimento do domínio português, na região, em disputa com a Espanha no campo diplomático. Além disso, eram pelos rios e seus afluentes que circulavam produtos e pessoas, os quais poderiam ser taxados como forma de financiar os empreendimentos coloniais na capitania.

Assim, esse estudo considera as formas distintas da experiência colonial na capitania do Rio Negro, uma vez que a historiografia clássica desenvolve um modelo explicativo da experiência colonial brasileira, a partir do modelo açucareiro da região sudeste. A partir disso, verificam-se as especificidades do bioma presente no vale amazônico, as quais o estado precisou se adaptar para viabilizar o processo de conquista nessa região tão permeada por rios e com distintos ecossistemas. E isto foi possível através das ações realizadas pelas autoridades locais, principais detentoras de informações relevantes sobre a topografia da região.

Nesse sentido, a forma de análise desse estudo considera a importância, também, da atuação dos militares para viabilizar o processo de conquista. Este trabalho tem como base, teórico-metodológico, a acepção de sociedade corporativa de Antônio Manoel Hespanha que, por sua vez, permite uma releitura das relações de poder na sociedade colonial na

América portuguesa (HESPANHA, 2010, p.71). Essa nova abordagem desenvolvida por Hespanha vem influenciando pesquisas recentes da historiografia brasileira que, anteriormente, considerava apenas a relação metrópole-colônia a partir da ideia de um Estado forte e centralizador. Por outro lado, tal perspectiva possibilita refletir sobre a presença constante de poderes periféricos compondo o quadro funcional da colônia e estabelecendo o domínio português em uma região tão vasta e com redes fluviais tão capilarizadas como a capitania do Rio Negro¹.

Ademais, percebeu-se pela análise da documentação histórica que, certas medidas ou leis impostas pela coroa passavam, também, pela concordância e interpretação das autoridades locais, constituindo assim uma sociedade corporativa e plural. Essa nova abordagem permite compreender o processo de colonização da capitania do Rio Negro de forma ímpar, pois considera elementos naturais e sociais bastante diversos. E também consiste em uma importante ferramenta para orientar uma percepção histórica da atuação dos militares no comércio fluvial e abarcando as complexas conexões com as ações de fiscalidade e defesa da capitania. Tal como é percebida na carta do Sargento Mor e Segundo Comissário da Quarta Divisão, João Wilckens ao Senhor João Pereira Caldas, em que coibiu a entrada de espanhóis na capitania por suspeita de comércio ilegal com particulares da região².

Para a construção dessa pesquisa foram utilizadas fontes coletadas no Arquivo Público do Estado do Pará (doravante APEP). Esta documentação é constituída por cartas e ofícios de diversas autoridades do estado preocupadas com a salvaguarda das fronteiras na capitania do Rio Negro no período de 1780 a 1808. Estas cartas foram emitidas e recebidas por autoridades, tais como Secretário de Estado da Marinha e Ultramar em Lisboa, Martinho de Melo e Castro, Governador do Estado do Grão-Pará, o Capitão-General Francisco de Souza Coutinho, Governador da Capitania do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo de Almada, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Pinto de Souza Coutinho e comandos militares.

A partir disso, este estudo buscará desenvolver discussões sobre a atuação desses sujeitos frente ao processo de conquista. Desse modo, serão analisadas cartas com planejamentos de ataques e defesa do território, com políticas para melhor desenvolver as

¹ As cartas expedidas para o Conselho Ultramarino e o Governador do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho, apresentam as informações coletas de oficiais que estiveram nas áreas de fronteira e/ou que participaram das expedições de demarcações. Nessas cartas é factível perceber que o conhecimento e as decisões desses oficiais são importantes para subsidiar algumas medidas realizadas para a proteção da capitania diante de uma possível invasão dos espanhóis pelo Rio Negro e Rio Solimões.

² Carta expedida por João Wilckens, Sargento Mor e Segundo Comissário da Quarta Divisão, ao Senhor João Pereira Caldas, sobre a prática ilícita de comércio nas proximidades da Vila de Ega. Ega, 25 de fevereiro de 1784. Arquivo Público do Estado do Para, Fundo SSPP, Códice 0412, doc. 0123.

vilas ao longo do Rio Negro e Rio Amazonas e as formas de controle de circulação de pessoas, tudo isso visando efetivar a presença portuguesa na região.

Este trabalho será dividido em dois capítulos: no primeiro capítulo serão abordadas as questões conceituais do trabalho do Antônio Manuel Hespanha articulado com outros estudos que procuram repensar as relações de poder entre o reino e as autoridades locais. Dessa maneira, podem ser observadas novas perspectivas de análise em trabalhos, tais como, o artigo de João Fragoso (2002) e Siméia de Nazaré Lopes (2016), os quais ressaltam a intensa relação de tensões e negociações entre o poder metropolitano e os colonos nas decisões do empreendimento colonial.

Em seguida, abordar-se-á o processo de ocupação portuguesa na capitania do Rio Negro, salientando a importância dos rios para o estabelecimento português na região. Nesse sentido, foi possível observar que as políticas pombalinas estavam embasadas em muitas das decisões tomadas pelas autoridades locais para efetivar a presença lusitana. Os diálogos trocados por cartas mostram que muitas medidas do projeto colonial para a região passava ou passou pela concordância das autoridades locais.

Conclui-se o capítulo analisando como esse novo modelo interpretativo da acepção de sociedade corporativa permite observar outras dimensões do processo de colonização da história da Amazônia. O papel representado pela região norte da América portuguesa para historiografia tradicional era de um lugar meramente de fronteira e ocupando um lugar secundário nas políticas administrativas da coroa. Por outro lado, este território foi palco de muitas tensões no campo diplomático com outras potências europeias, sobretudo a Espanha. Essas tensões foram marcadas por diversos tratados, tais como, o Tratado de Madri em 1750 e o Tratado de Santo Ildefonso em 1777. Apesar de esses tratados estabelecerem as fronteiras das Coroas Ibéricas nas colônias sul-americanas, Carlos Bastos (2014) afirma que as disputas e preocupações pelas demarcações de fronteira, mesmo no final do século XVIII, ainda não foram findadas.

No segundo capítulo, analisam-se as fontes coevas coletadas para esta pesquisa. Nessas fontes é possível perceber as ações das autoridades locais diante de um cenário de tensões com os espanhóis. Desse modo, algumas ações das autoridades locais foram salientadas, tal como, a importância estratégica de conhecer as redes fluviais. Isto foi motivo de preocupação constante dos militares que defendiam esses rios, ao mesmo tempo, em que se utilizavam desse meio natural para as trocas comerciais.

Durante a análise das fontes foi possível constatar as relações sociais entre militares envolvidos na defesa do território e em ações de controle de circulação de pessoas e de

mercadorias. Estas ações contribuíram para as atividades comerciais desses sujeitos fosse algo cada vez mais lucrativa, viabilizando que militares estivessem envolvidos na esfera pública. Deste modo, trabalhos como de José Alves (2009) mostra que na década de 80 do século XVIII muitos militares tornaram-se importantes comerciantes, tal como é apresentado por José Alves e identificados nas fontes coevas desta pesquisa a trajetória do Tenente-coronel de Artilharia Theodosio Constantino de Chermont, o qual constata “a estreita relação que havia entre emprego público e negócios particulares (JUNIOR, 2009, p. 332-333).

Em suma, procura-se demonstrar que o comércio fluvial foi um elemento importante para o estabelecimento dos domínios portuguesa na capitania do Rio Negro. Isto está relacionado pelos usos que tanto comerciantes civis e militares tinham para a circulação de mercadorias e da defesa da capitania. Por esse motivo, o capítulo a seguir apresentará como o conceito de sociedade corporativa de Antônio Manuel Hespanha permite pensar outras formas de compreender o processo de colonização da região norte da América Portuguesa.

Desta forma, este capítulo visa olhar, tanto para documentação histórica quanto a bibliografia selecionada, a presença constante de poderes periféricos, os quais compõem o quadro funcional da Capitania do Rio Negro. Diante disso, a construção de novos modelos interpretativos que buscam compreender o processo da colonização do Brasil, a partir da importância de governos locais, apresentam mudanças nas formas de análises que iluminam a participação de agentes distantes da decisão central de poder. O historiador português Antônio Manoel Hespanha, em seu estudo sobre a monarquia portuguesa, considera que o peso dos poderes inferiores enfraquecia o poder real, viabilizando assim uma importante renovação da historiografia sobre o Antigo Regime.

Nesse sentido, o presente capítulo busca discutir como as práticas comerciais possibilitou um emaranhado de relações entre militares, agentes sociais e autoridades que viabilizou a conquista na região do Rio Negro de forma que o Estado necessitou adaptar-se em seus projetos e negociar com colonos as condições da realidade da conquista.

1.1 Entre Metrópole e Colônia: no desenrolar da expansão portuguesa.

A historiografia tradicional buscava perceber a relação metrópole-colônia, a partir da concepção de pacto colonial ou exclusivo metropolitano, a qual a metrópole, por meio de acordos diplomáticos, exercia um poder sobre a produção e circulação de mercadorias para assegurar o controle das terras conquistadas (FRAGOSO, FLORENTINO, 2001, p.19). Desse modo, esse “pacto” garantia que as riquezas produzidas nas terras dominadas atendessem os interesses da metrópole em detrimento dos colonos.

Por outro lado, estudos recentes sobre a Europa moderna e o Antigo Regime apresentam novos modelos interpretativos. Antônio Manoel Hespanha em seus trabalhos sobre a História institucional com ênfase nos direitos constitucionais permitiu uma renovação da historiografia sobre a época moderna, uma vez que, categoria como, Estado, Poder Absoluto e Império, perderam o destaque para se compreender o paradigma político vigente (HESPANHA, 2012, p.45).

Assim, o conceito de sociedade corporativa baseado nos trabalhos de Hespanha possibilita uma reinterpretação dos avanços coloniais na América e as formas de estabelecer domínios. Desse modo, trabalhos como de João Fragoso (2002) sobre os circuitos comerciais da Praça do Rio de Janeiro com outras regiões do império português, bem como a discussão desenvolvida por Siméia de Nazaré Lopes (2016) sobre as conexões do circuito mercantil

entre os portos de Belém, São Luís e Lisboa, demonstra que o império luso não era apenas uma concha de retalhos, mas um sistema complexo de comércio com formas de acumulação e práticas comuns entre sociedades com diferentes estruturas sociais e econômicas.

E são essas diversidades apresentadas ao longo do processo da conquista que moldaram os projetos coloniais voltados para as diferentes regiões do império. Isto é, a imagem de um império centralizador e absoluto lusitano não se mostra viável, pois as formas de expansão se mostram plural devido às demandas locais do que ordens diretas impostas pela coroa. Ao mesmo tempo, nenhuma das pesquisas utilizadas para este trabalho descarta a importância do Rei, mas que seu poder era limitado e respectivamente negociado.

Sendo assim, analisar as articulações entre sujeitos do comércio em diferentes economias coloniais, como realizado pelos historiadores João Fragoso e Siméia Lopes, permite novos debates acerca da história colonial consolidada pela historiografia tradicional sobre a relação metrópole e colônia. Isto possibilitou refletir durante o desenvolvimento da presente pesquisa sobre como as práticas comerciais possibilitam pensar outras dimensões da História da colonização na região do Rio Negro na segunda metade do século XVIII.

Buscando melhor explicar essa questão serão apresentados estudos que auxiliaram na compreensão do processo colonial a partir das articulações e práticas comerciais dos colonos e a sua conexão com outras áreas do império (FRAGOSO, 2002). Estas pesquisas viabilizaram pensar na importância dos poderes locais para o estabelecimento dos processos de conquistas, os quais, para a região da capitania de São José do Rio Negro, tiveram um papel central no avanço da colonização nos sertões amazônicos.

Em primeira análise, João Fragoso em seu estudo sobre os circuitos mercantis de negociantes e suas conexões com outras áreas do império lusitano, evidencia que as relações entre o poder central e as elites locais, mesmo na aristocracia portuguesa, eram negociadas. Sendo assim, à medida que novos modelos interpretativos surgem, é possível reavaliar a relação colônia-metrópole como um resultado de negociações com canais de entendimentos (FRAGOSO, 2002, p. 102). Logo, o debate de que o pacto colonial se resume em uma relação de subordinação como era percebido pela historiografia tradicional vem sendo cada vez mais questionado.

Nesse sentido, Fragoso continua destacando que na virada do século XVIII para o XIX, Lisboa continuava sendo a capital e o centro político do império, com seus portos sendo importantes meios de redistribuição de mercadorias pela Europa. Além disso, este autor salienta que nos dados de exportação de têxtil, algodão e vinho, o Brasil era o seu principal comprador devido ao protecionismo do exclusivo metropolitano garantido para os produtos

portugueses (FRAGOSO, 2002, p. 104). Para compreender melhor os impactos do pacto colonial na organização da sociedade colonial, serão pontuadas algumas observações realizadas por Fragoso sobre como essa relação entre metrópole-colônia era muito mais flexível na prática.

Primeiramente, destaca-se para a carta assinada por D. João VI em 1808 ao governador da Bahia, o Conde da Ponte, a qual suspendia todas as leis e medidas que proibia trocas comerciais entre colônias e nações estrangeiras sem que os produtos precisem passar pelos portos de Lisboa. Isto se deve ao fato de que Portugal foi invadido por tropas francesas e, portanto, poderia ter seus produtos embargados pelo inimigo (RICUPERO, 2016, p. 02).

Por outro lado, Fragoso ressalta que anterior à chegada da família portuguesa ao Brasil, as medidas adotadas pela coroa em 1772, já limitavam as práticas comerciais desenvolvidas entre colônias, haja vista que tais práticas eram proibidas pela coroa. Isto permite perceber a preocupação dos reinóis com o desenvolvimento das redes mercantis entre as praças coloniais, pois para eles cabia o entendimento que o comércio se deve fazer na metrópole ou por intermédio desta (FRAGOSO, 2002, p. 115).

Contudo, mesmo com as proibições do pacto colonial, esse circuito comercial entre as colônias era praticado por muitos negociantes de grosso trato, pois essas relações comerciais entre as colônias existiam mesmo contra os interesses da metrópole. Isto pode ser observado através dos estudos de João Fragoso (2002) sobre as conexões mercantis da Praça do Rio de Janeiro, Angola e Goa.

Essas redes mercantis criadas entre essas colônias promoveu a importância de alguns mercadores, transformando-os em elites locais, ao mesmo tempo, esse enriquecimento permitiu novas formas de acumulação. A Praça do Rio de Janeiro ao longo século XVIII foi se consolidando como referência fundamental nos mercados brasileiros, seus portos passaram a interligar um circuito ultramarino, o qual foi essencial para a reprodução econômica e social das diferentes sociedades, tais como, a aristocracia - camponesa de Portugal, a *Plantation* - escravista na América portuguesa, a secular produção de têxteis hindus e o tráfico de escravos pelas sociedades africanas (FRAGOSO, 2002, p.106).

O aquecimento da economia na América portuguesa viabilizou o surgimento de uma elite, a qual Fragoso denominou de Nobreza dos trópicos e, uma vez formada, esta passou a formar a Praça com outras áreas do império através de crédito. Isto posto, permitiu a construção de uma rede de relações complexas de representantes daquelas famílias, as quais o pacto colonial foi importante (FRAGOSO, 2002, p.114). Por outro lado, esse mesmo pacto colonial não desenvolveu uma comunidade forte de negociantes em Lisboa, visto que com a

independência do Brasil afetou negativamente muito mais a economia portuguesa. Assim, percebe-se que o pacto colonial beneficiou algumas comunidades de comerciantes e não impediu os circuitos entre portos não metropolitanos, haja vista que esses diferentes espaços do império lusitano se ligam a partir do circuito de agentes e negociantes com interesses econômicos próprios que nem sempre estavam em conformidade com as necessidades da metrópole.

Em vista disso, foi de grande estímulo a análise desenvolvida por Siméia de Nazaré Lopes (2016) em seu artigo sobre o circuito comercial das praças de Belém, São Luís e Lisboa no período de 1790 a 1808. Esta pesquisa traz uma reflexão sobre as relações de tensão e de conflitos na formação de circuitos mercantis a partir do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com a capital Belém, e Estado do Maranhão e Piauí, com a capital em São Luiz, em que esses circuitos promoviam vantagens econômicas e relevância política para as capitânicas com a metrópole em cenário de crise política na Europa no final do século XVIII.

Além disso, Lopes (2016) permite perceber as conexões entre a Praça de Belém com as vilas do interior, considerando, também, a importância das vilas vizinhas à capital e à capitania do Rio Negro como região estratégica, pois são lugares onde se extraía boa parte dos produtos comercializados nos portos de Belém e garantiam o abastecimento do mercado interno e externo. Assim, a autora salienta que o porto da cidade de Belém servia de entreposto comercial que interligava as capitânicas do oeste, Mato Grosso e Goiás, e as vilas da capitania do Grão-Pará e Rio Negro aos portos da Europa, bem como para outras regiões do império português (LOPES, 2016, p. 391).

Siméia Lopes ilumina neste artigo a internacionalização do comércio intermediado pelos portos de Belém e São Luís, desse modo as medidas adotadas pela coroa para dinamizar e aumentar as exportações favoreceram não apenas alguns negociantes dessas cidades, mas também a interiorização do mercado colonial para os sertões amazônicos. Essa interiorização do mercado colonial para Lopes (2016) viabilizou uma transformação político-administrativa adotada nesse período da segunda metade do século XVIII, e isto representou não apenas uma mudança de fronteira com a separação da antiga capitania do Grão-Pará e Maranhão, mas também econômica através de um conjunto de ações institucionais subsidiadas pelo governo português para promover a agricultura e regulamentar o comércio interno e externo com a implantação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Pelo exposto, Siméia Lopes (2016) possibilita discutir a econômica colonial amazônica a partir de uma perspectiva global no final do século XVIII, contexto esse que o expansionismo francês com Napoleão estava pressionando cada vez mais as incertezas do

mercado em Portugal. Por esse motivo, é considerável apresentar as mudanças institucionais que marcaram as trajetórias da economia da região, que atualmente compreendemos como Amazônia, onde a atuação político-militar buscou estabelecer o domínio lusitano na região diante do expansionismo de outras potências europeias.

No próximo tópico será abordada a importância do conhecimento das comunicações fluviais para a defesa da capitania do Rio Negro. Esse conhecimento tinha como objetivo estabelecer o domínio no território conquistado e defender a capitania diante de uma possível invasão dos espanhóis em reaver a região.

1.2 Comunicações fluviais: ausência de centralidade e controle.

O presente tópico busca evidenciar a importância do conhecimento e controle das redes de rios como estratégias para estabelecer o domínio português na Capitania do Rio Negro. Dessa forma, considera-se o comércio fluvial como um elemento fundamental para constituir uma gama de conhecimento, através da circulação de mercadorias, para consolidar o efetivo lusitano na região.

À vista disso, analisar o processo de ocupação portuguesa na capitania do Rio Negro na segunda metade do século XVIII, através das práticas comerciais desenvolvidas na região ajuda a repensar o papel da Amazônia comumente representado como um espaço de “fronteira” e, portanto, não ocupou um espaço central nas políticas coloniais portuguesas (BRITO, 2019, p.02). Deste modo, considera-se que a expansão da colonização na América portuguesa não se concretizou apenas com as demarcações de fronteiras, pois a mera presença de colonos não garantia a exploração econômica, mas o processo da expansão deve coincidir com aprendizado do mercado pelos colonos para possibilitar a coordenação e completa dominação colonial da metrópole (ALENCASTRO, 2000, p. 22).

Os estudos recentes da historiografia relacionados à temática do comércio no Estado do Grão-Pará apresentam diferentes formas de ocupação e dominação das nações europeias que demonstrassem interesse no referido território. Em relação às ações coloniais da coroa portuguesa, destacam-se as políticas pombalinas, instituídas na segunda metade do século XVIII, para estabelecer os domínios lusitanos na capitania do Pará e Rio Negro. Assim, este estudo tem como objetivo central analisar as ações político/militares dos agentes coloniais para o controle do comércio fluvial como medida fundamental para legitimar os domínios sobre o território. Para tanto, é importante compreender as diretrizes das políticas pombalinas

voltadas para região amazônica, bem como analisar a importância do conhecimento e controle das redes fluviais da região dentro um contexto de tensões diplomáticas das coroas ibéricas.

Em primeira análise, Rafael Chambouleyron (2010) ao considerar as ações da coroa portuguesa para consolidar o seu domínio sobre a região amazônica afirma que, desde o século XVII, o projeto colonial lusitano para o Estado do Maranhão tinha como principal meta ocupar de maneira mais eficaz a parte norte da colônia através das expedições de guerra, cujas principais metas eram: obter mão de obra escravizada das populações indígenas, missões, aldeamentos, a manutenção e demarcação das fronteiras.

Neste cenário destacam-se para as ações do Estado português que buscava dominar novos territórios. Tadeu Rezende (2006) em sua tese sobre a conquista e ocupação histórica da Amazônia, como empreendimento feito pelo Estado nas décadas iniciais da colonização, defende que não eram economicamente viáveis no curto prazo os investimentos comerciais na região dadas às inseguranças econômicas e de vida dos colonos nas explorações do território. Já que investimentos a curto prazo eram considerados “arriscados”, esse tipo de iniciativa só poderia ocorrer através de ações de particulares, pois essa seria uma alternativa para os diversos comerciantes que locaram parte de seus negócios para o novo mundo para conseguir acumular riqueza e aumentar seu prestígio junto à Coroa Portuguesa.

Dentre as ações realizadas pelos colonos para viabilizar o avanço da conquista na capitania está a pacificação das nações hostis aos empreendimentos lusitanos, tais como os Muras e os Mundurucus. Essas nações eram motivos de grande preocupação dos militares e das comissões de demarcação, tal como é percebido na carta³ do então Governador da capitania do Para, Francisco de Souza Coutinho:

Os Mundurucus, os quais têm descido a capitania pelo Xingu, Portel, Melgaço, Tocantins e Moju cometendo suas atrocidades em ocasião para eles tão adequada, uma vez que as tropas estão ocupadas e distraídas na defesa e resistência a qualquer ataque dos franceses⁴.

Desse modo, esse trecho da carta expedida pelo governador Francisco de Souza Coutinho ao Governador da capitania do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo d’Almada, sinalizava para "os desafios de guardar as fronteiras do território"⁵ e, portanto, temia pelos

³ Para este estudo pretende-se manter a grafia presente nos documentos analisados.

⁴ Carta expedida pelo Governador do ESTADO Geral do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho, ao Governador de São José do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo d’Almada, sobre as barbaridades cometidas pelos Mundurucus nas seguintes localidades: no rio Xingu, em Portel, Melgaço até Oeiras, no rio Tocantins e Moju. 01 de dezembro de 1797. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0017.

⁵ Op.cit

riscos de manter a capitania "desprovida de tropas, balas e pólvoras"⁶. Por este motivo, as providências suplicadas pelo Governador para efetivar a presença portuguesa na região, se configuraram, no auxílio de tropas pagas para guarnecer às fortificações militares em rios considerados estratégicos, como rio Xingu, Rio Tocantins, Rio Madeira, Rio Solimões, Rio Negro e Rio Branco.

No entanto, mesmo com as adversidades apresentadas para dominar essa região, Serge Gruzinski (2016) permite observar as expectativas dos conquistadores em relação à região amazônica em seu estudo em restabelecer as conexões da Amazônia colonial com outras regiões da América espanhola em uma perspectiva global. Para este autor, os conquistadores tentavam descobrir rotas que facilitassem e intensificassem a circulação das duas maiores riquezas até então: as especiarias e a prata.

Essa busca por novas rotas tinha como objetivo chegar até a China, no caso da Amazônia, a qual de acordo com as cartas do cronista Gonzalo Fernández de Oviedo ao cardeal Bembo em 1543, López de Gómara, Simão Estácio da Sylveira, o jesuíta castelhano Cristóbal de Acuña em 1641 exaltam a região Amazônica como um espaço cheio de riquezas e uma possível porta de entrada para as pratas do Peru (GRUZINSKI, 2016, p.81-83).

Por esse motivo, analisar as ações do Estado apenas pelo olhar dos interesses de conquista do território da metrópole, como é a visão da história tradicional, não é o suficiente, embora os retornos dos investimentos poucas vezes alcançassem as expectativas dos portugueses, ainda assim a expectativa de riqueza, facilidade e aumento na circulação de mercadorias não se detiveram apesar das atribulações durante o processo de conquista. Assim, as ações político-militares da coroa portuguesa, voltadas para o estabelecimento do seu domínio em especial, no território da capitania do Rio negro considera conhecer, controlar e proteger as comunicações fluviais da região, ressaltando assim a importância dos rios como uma das especificidades da região amazônica.

A partir da análise de Gruzinski sobre as expectativas do processo de conquista, esta pesquisa observou nas ações da administração portuguesa a busca da facilidade e o aumento da circulação de mercadorias, uma vez que a soberania do território integrava o projeto de estabelecer a "cultura do comércio e elevar essa capitania a prosperidade"⁷. Neste sentido, as políticas expansionistas instituídas por Sebastião José de Carvalho e Melo visavam

⁶ Op.cit

⁷ Ofício de Manoel da Gama Lobo de d'Almada, Governador da capitania São José do Rio Negro, ao Conselho Ultramarino, participando-os das vantagens comunicacionais do território e os números de vilas, fortes e postos de destacamentos que guardam a entrada do Rio Solimões. Forte da Barra do Rio Negro, 02 de agosto de 1797. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0084.

estabelecer junto a demarcações de fronteiras, a reorganização das atividades econômicas com o desenvolvimento da agricultura na região da capitania do Rio Negro. Esta região nesse período era uma importante região para a coleta das drogas do sertão que abasteciam os portos da cidade de Belém.

Em vista disso, é importante perceber a necessidade da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar em consolidar a presença portuguesa na região através de um conjunto de medidas que buscavam conhecer⁸, proteger e fiscalizar⁹ as principais comunicações fluviais com acesso ao interior da colônia, tais como, Rio Solimões, Rio Negro, Rio Madeira, Tocantins e Rio Branco. Dessa forma, podemos destacar a importância dos rios para o processo de colonização da Amazônia, pois estes caminhos apontam para uma rede hidrográfica de comunicações que ligam diversas áreas do território e, portanto, possibilitaria a busca cada vez mais de mão de obra, com os descimentos dos índios, coleta dos produtos do sertão, além disso, se desenvolve também o processo de penetração fluvial da conquista portuguesa na América (BRITO, 2019).

Em consonância, Rafael Chambouleyron, Monique Bonifácio e Vanice Melo (2010) chamam atenção para um fator que foi o interesse da coroa portuguesa em interiorizar cada vez mais os sertões através da formação de tropas de guerras e organização de devassas. Por esse motivo, Marquês de Pombal implementou um ambicioso programa de reformas políticas, administrativas e econômicas, sendo essas ações tendo um enorme impacto na condução do processo de conquista, pois repercutiram nos missionários, civis e militares.

Dentro desse, programa de reforma voltada para o comércio fluvial, Heather Flynn Roller (2013), ao analisar a participação dos nativos na coleta das drogas do sertão, ressalta que dentro desse pacote de medidas, a organização e controle do comércio fluvial eram fundamentais para concretizar o domínio português, em uma região tão vasta e cortada por uma imensa rede de rios. Sendo assim, o estudo desenvolvido por Roller usa os documentos das devassas, as quais continham as listas e depoimentos dos tripulantes. Essa documentação, muito além de processos meramente burocráticos, ressalta a possibilidade da investigação e compreensão das complexidades da vida na colônia.

⁸ Conhecer no sentido mais amplo da palavra, pois o domínio do território era o eixo principal para quem tivesse a pretensão de explorar a região, e isso implica em dominar a geografia local, em especial a rede hidrográfica principal via de movimentação e acesso aos recursos, daí, por exemplo, a importância da confecção e atualização de mapas da paisagem regional.

⁹ As ações de proteger e fiscalizar o vasto território que caracterizava a região norte da América portuguesa naquela época estava diretamente ligada à logística militar, destaque para a construção de objetos de proteção e que ao mesmo tempo serviria de aparato para guarnecer as tropas e os demais membros da coroa destacados para fiscalizar o fluxo de recursos explorados na região, garantindo assim lucros aos cofres da coroa.

O comércio fluvial analisado por Roller (2013) tem como base o extrativismo. Este modelo dependia, principalmente, da mão de obra indígena para a coleta de produtos da floresta, por isso a legislação dos Diretórios dos Índios (1757-1798) regulamentava a distribuição dessa mão de obra para os serviços reais nas roças, dos serviços particulares e nas viagens anuais de coleta (ROLLER, 2013, p. 203). Apesar das poucas pistas que a documentação analisada por Roller revela sobre as experiências indígenas e preferência de trabalhos dos mesmos na colônia, por outro lado a autora afirma que os números de fugas registrados no período de 1772 a 1788 permaneceram quase o mesmo (ROLLER, 2015, p. 214). Isto por sua vez, é cogitado por Roller a possibilidade dos trabalhos realizados nessas expedições de coletas fossem menos opressivos e abjetos do que outras atividades impostas a esses indivíduos no processo de colonização. Além disso, os documentos analisados pela autora tais como, os manifestos e denúncias de fugas, provenientes tanto de militares quanto de indígenas participantes das expedições, proporciona compreender que essas atividades pelo sertão ofereciam oportunidades não supervisionadas e que raramente se adequava as diretrizes que regulamentavam a mão de obra e o comércio.

Em vista disso, é possível perceber a partir dos estudos de Roller que o comércio fluvial desenvolvido pelos participantes das expedições, sendo estes militares e indígenas, encontravam espaços de ação independente das regulamentações do Estado. Isto por sua vez, pode ser identificado nas cartas de Sebastião José Prestes sobre as vulnerabilidades e os desafios de vigiar a capitania devido a inúmeras rotas de rios possíveis nas fronteiras do Rio Branco, Rio Madeira, Rio Negro e Rio Solimões. Segundo Sebastião José Prestes “esta capitania (do Rio Negro) que bem se pode dizer que toda ella he uma fronteira aberta para se defender e mesmo para se conservar em respeito a suas fronteiras¹⁰”.

A partir disso, não é difícil perceber que o vale amazônico foi palco de tensões e conflitos das principais potências europeias que buscavam expandir suas fronteiras. Carlos Bastos (2014), em seu artigo sobre os conflitos e planejamentos de guerras nas fronteiras da província de Maynas e capitania de São José do Rio negro, afirma que o Estado português buscou medidas que visavam estabelecer a proteção do território diante de uma possível invasão espanhola para expandir os limites das fronteiras estabelecidas após o Tratado de Santo Ildefonso em 1777.

¹⁰ Carta expedida por Sebastião José Prestes, para Francisco de Souza Coutinho, Governador do Rio Negro, sobre as regiões da capitania mais vulnerável e possível rota para as invasões estrangeiras. Barra do Rio Negro, 26 de novembro de 1796. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0065.

Cabe lembrar que mesmo com os tratados assinados entre portugueses e espanhóis sobre as novas linhas de fronteiras na capitania do Rio Negro, tais como, o Tratado de Madrid em 1750 que consagrou o direito privado romano de *uti possidetis*¹¹, tratado de El Pardo 1761 e o Tratado de Ildefonso em 1777, ainda assim as tensões militares entre as coroas ibéricas nessa região ainda não foram findadas, como visto a seguir:

A defesa da fronteira do Solimoens, tendo-a confiado ao tenente coronel do real corpo de engenheiros Henriques João Wilckens existente em Tabatinga como segundo comissário das reaes demarcações, lhe determinei de fazer os intricheiramento que julgasse necessários, que todos os rios para baixo os trouxesse bem explorados que aquellas bocas ou entradas que não pudéssemos guardar, as conservasse fechadas com arvores grossas deitadas pelo meio do rio para embaraçar a navegação e passagem ao inimigo¹².

Partindo do trecho destacado da Carta do Governador do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo de Almada, para o General Francisco de Sousa Coutinho, Governador do Grão-Pará, com cópia para Martinho de Mello e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, deixa clara a afirmação de Bastos (2014) sobre a não resolução dos atritos das coroas ibéricas nas demarcações, os quais portugueses e espanhóis buscaram proteger e defender os rios para o estabelecimento dos seus domínios. Além disso, é de conhecimento do governador a necessidade de conhecer bem as comunicações fluviais para o melhor controle do território, no entanto, os desafios de defender a capitania é devido as muitas redes fluviais bastante capilarizadas que permite brechas para as invasões estrangeiras, que nesse caso são os espanhóis no Vice-Reino do Peru.

Essas ações desejadas pelo governador estão alinhadas com o projeto colonial pensado para estabelecer domínios no norte da América portuguesa. Dentro do pacote de medidas está relacionado o controle fiscal, para sustentar as contas públicas e financiar projetos, demarcação de fronteiras e as políticas de fortificações militares (REZENDE, 2006).

Para sustentar tais medidas pretendidas pelos representantes da coroa era necessário o deslocamento de um contingente considerável de soldados para diversos pontos da capitania, em especial aqueles que representavam lócus de maior tensão, como por exemplo, áreas sujeitas a ataques dos povos originários, que se sentiam ameaçados com a presença de um

¹¹ *Uti possidetis ou uti possidetis iuris* é um princípio do direito internacional que legitima os que de fato tem direito sobre um território que são aqueles que o possuem.

¹² Carta expedida de Manoel da Gama Lobo d'Almada, Governador de São José do Rio Negro, ao Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro do Ultramar e da Marinha, com cópia a Francisco de Souza Coutinho, Governador do Estado Geral do Grão-Pará, sobre o plano de ataque do Forte de Marabitanas e a defesa do território para um possível contra ataque dos espanhóis. Forte da Barra do Rio Negro, 10 de agosto de 1797. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0078.

elemento externo a paisagem, e invasão de outras potências europeias, principalmente a Espanha.

Outros fatores impactantes e que deixavam marcas negativas no efetivo deslocado para a região eram as doenças tropicais até então desconhecidas pelos europeus que enfrentavam um meio ambiente muito diferente ao que estavam acostumados - destaque para o clima, densidade da floresta, a presença de animais peçonhentos dentre outros obstáculos -. Aliados a tudo isso, o “fantasma” da falta de abastecimento que provoca fome e desespero entre os homens. Nesse sentido, os comandantes enviavam inúmeros ofícios à Coroa, solicitando verbas e/ou recursos para manter a presença do contingente e levar adiante o projeto de domínio e exploração da região.

Para o governador Manoel da Gama Lobo d’Almada, uma medida política poderia melhorar a situação enfrentada tanto pelos militares como pelos moradores da região naquele momento, para isso as capitanias do Pará e Rio Negro deveriam ter mais autonomia administrativa e econômica¹³. Além disso, segundo o mesmo governador a capitania independente poderá prover licença para "estabelecer contratos, engenhos de açúcar e outros gêneros para melhor abastecer os postos militares e povoações"¹⁴. E erigir vilas e outras povoações para melhorar as comunicações de mais parte dos territórios. Por conseguinte, poderia "elevar a renda da região de cem mil cruzados para cima"¹⁵.

Tudo isso, contemplava parte do projeto colonial pensado para a região, permitindo perceber em certa medida o alinhamento dos governadores da colônia com a coroa. Desse modo, elencaremos mais alguns pontos importantes do projeto capitaneado pela política pombalina, dentre os pontos de destaque do projeto colonial podemos elencar:

- ✓ Concessão de liberdade aos índios
- ✓ Importação de mão obra escrava africana
- ✓ Implementar e ou incentivar o processo de imigração para a região
- ✓ Ampliar o processo de povoamento
- ✓ Promover a expulsão dos padres Jesuítas

¹³ Carta de Manoel da Gama Lobo d’Almada, Governador da Capitania de São José do Rio Negro, ao Conselho Ultramarino, participando-os sobre as ordens estabelecidas para a região e com o acompanhamento da resposta para informar a importância de que se faça em separar a capitania do Rio Negro com o Governo Geral do Grão-Pará, Forte da Barra do Rio Negro, 11 de agosto de 1797. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0083.

¹⁴ Carta de Manoel da Gama Lobo d’Almada, Governador da Capitania de São José do Rio Negro, ao Conselho Ultramarino, participando-os sobre as ordens estabelecidas para a região e com o acompanhamento da resposta para informar a importância de que se faça em separar a capitania do Rio Negro com o Governo Geral do Grão-Pará, Forte da Barra do Rio Negro, 11 de agosto de 1797. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0084, 0085.

¹⁵ Op.cit.

- ✓ Desenvolver a economia e ampliar e garantir o controle fiscal.
- ✓ Demarcação de fronteiras
- ✓ Política de fortificação militar
- ✓ Construção e reforma urbana.
- ✓ Organizar o setor administrativo e o setor judicial
- ✓ Reforma do ensino.

A partir do artigo realizado por Ângela Domingues (2001) que trata da atuação de cientistas no projeto colonial, permitiu listar os pontos acima e que refletiam bem as pretensões das políticas pombalinas para sacralizar do domínio português na América portuguesa. Essas ações definiram as políticas da Coroa, além de fazer parte de um projeto civilizatório e de controle do comércio do Brasil (DOMINGUES, 2001, p. 823).

Dentre esses pontos, destaca-se para a discussão de Antônio Cesar de Almeida Santos (2010) em seu artigo sobre os princípios políticos que nortearam o reinado de D. José I na América portuguesa na segunda metade do século XVIII. Deste modo, o autor analisa os dados da administração do governo ultramarino, bem como cartas trocadas por autoridades, as quais possuem dados e medidas que consistem em bases teóricas que orientam as ações do governo, compreendendo assim as preocupações da Coroa na formação de povoações e o desenvolvimento do comércio no período pombalino.

Percebe-se que nesse espaço as ações políticas pombalinas se fizeram sentir com grande intensidade, sobretudo aquelas visando assegurar a manutenção da unidade territorial da América Portuguesa na região. No tópico, a seguir, daremos ênfase às ações políticas pombalinas, em especial, àquelas voltadas para desenvolver a capitania do Rio Negro, cujo domínio da rede hidrográfica e do comércio nela realizado, seriam cruciais para garantir o controle lusitano sobre o território.

1.3 As formas de controle e ocupação da Capitania do Rio Negro

Neste tópico, apresentam-se as ações do Projeto Colonial incentivadas pelo Coroa Portuguesa para estabelecer o domínio lusitano na Capitania do Rio Negro. Essas medidas têm como base as reformas pombalinas voltadas para esta região bastante capilarizada pelos rios, as quais exigiram do Estado adaptações para garantir a ocupação e o controle do território.

O contexto estudado tanto por Santos (2010) quanto por essa pesquisa é marcado pelas ações de demarcações e formação de povoamento da América portuguesa para o reconhecimento das fronteiras do território sob domínio de Portugal em disputa com a Espanha e outras novas potências europeias. Por conseguinte, a figura política de Sebastião José de Carvalho e Melo, e suas anotações sobre as medidas administrativas, permite perceber que essas práticas do governo estavam orientadas e articuladas com uma estruturação dos mecanismos políticos lusitanos para com as colônias, essas medidas estruturais de acordo com Antônio C. A. Santos (2010), estão baseadas em uma ideia da “aritmética política” idealizada por William Petty.

A aritmética política de William Petty evidencia a importância do conhecimento da população, do território, do clima, das riquezas naturais e da produção de riquezas para o engrandecimento do Estado. Sendo assim, as ações desenvolvidas pelo estrato das autoridades coloniais para a formação e multiplicação de vilas civis e decorosas buscou-se tornar um instrumento para disseminar normas administrativas criadas pela Coroa.

Pelo exposto, entende-se que as práticas administrativas governamentais são orientadas por princípios políticos e econômicos idealizados por intelectuais que tinham consonância com os projetos econômicos e civilizatórios da Coroa lusitana. Este entendimento é corroborado pelo então Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino de Portugal, Sebastião J. Carvalho e Melo, em 1775 por meio de medidas administrativas para a colônia da América portuguesa, as quais tinham influência iluminista e as atividades econômicas baseadas em ciência (DOMINGUES, 2001).

Francisco de Assis Costa (2012) sobre a economia colonial do Grão-Pará durante o início do século XVIII permite avaliar essas mudanças das políticas econômicas para a região norte da América portuguesa, as quais estavam articuladas com as transformações da política de Portugal, pensadas por Sebastião J. Carvalho e Melo para modernizar o país diante do crescimento de outras potências econômicas na Europa naquele período.

O projeto colonial, de acordo com a historiografia brasileira, supõe-se uma oposição entre a agricultura e a economia extrativista, sobretudo, na região do Grão-Pará, os quais para o império português criou-se uma grande expectativa sobre o desenvolvimento da agricultura voltada para a exportação diante da densidade do bioma amazônico, o qual comparado as outras regiões com crescimento vegetativo menor como o Maranhão, Pernambuco e Bahia, o Grão-Pará possuía uma produção agrícola modesta de saída de produtos se comparado a outras colônias do Brasil (COSTA, 2012, p.199).

Dessa forma, o projeto colonial português buscava criar nas suas colônias a consolidação de uma produção voltada para a exportação de produtos agrícolas, pois o controle desses aparatos produtivos é mais fácil, inclusive a chegada ao mercado mundial. Sendo assim, a economia agrícola era a que mais se adequava como o ideal de riqueza lusitano, devido a sua estabilidade e produtividade crescente, oposto da economia extrativista que era vista como solução inferior e instável por causa da sua dependência do clima.

A partir disso, a noção de pobreza e riqueza é analisada por Costa (2012) através da comparação dos números da produção de exportação do Pará em relação às outras colônias e o mercado global. Todavia, os números se apresentaram com uma qualificação “modesta” da produção agrícola do Grão-Pará em relação a outras capitânicas, isto se deve ao fato de que não foram concretizados os resultados esperados diante da expectativa criada pelos portugueses em contato com os trópicos.

Essa perspectiva da necessária solidificação da agricultura na região amazônica está ligada à visão dos portugueses de um bioma rico e denso, porém os resultados obtidos na produção agrícola estavam muito aquém do imaginado, além de não se impor diante do domínio do extrativismo de coleta, que não visou de Francisco de Assis Costa melhor se adequou às especificidades da região.

O sistema de reprodução da economia agrícola na região do Grão-Pará e Rio Negro tinha um papel importante para a coroa, pois a formação de fazendas e a plantação racionalizada da monocultura é uma intervenção antrópica no ambiente, deixando assim a imagem de que essas terras já são ocupadas. Por outro lado, o extrativismo com a coleta dos produtos silvestres não possui uma intervenção drástica na paisagem, sendo assim, não apresentaria para os militares estrangeiros a efetiva ocupação portuguesa na região.

Nesse sentido, foi possível perceber em como essas normas organizadas em políticas administrativas e econômicas por autoridades reinóis se relacionam com autoridades locais à medida que estes se encontram longe dos centros de poder. As ações do projeto colonial tiveram como base as ideias iluministas que buscava racionalizar a organização econômica e social de um país (DOMINGUES, 2001).

Estas políticas foram pautas das ações dos governadores locais, apesar de terem sido implementadas na colônia como todo, mas na região norte o Estado precisou se adequar as realidades do local para consolidar a conquista. Isto, verifica-se, ao fato da Capitania do Rio Negro ser uma região permeada por uma rede fluvial bastante capilarizada, a qual propiciava práticas comerciais não regulamentada. Além disso, muitas das medidas impostas para estabelecer a ocupação do território estiveram muito aquém das expectativas criadas pelos

colonizadores diante do bioma amazônico. Tal perspectiva serão mais bem abordadas no próximo capítulo, através dos relatos dos viajantes, os quais descreveram as péssimas condições de vilas e roçados ao longo das margens dos rios.

Por esse motivo, o desenvolvimento desta pesquisa buscou referência teórico-metodológico no trabalho de Antônio Manuel Hespanha (2010), em seu estudo sobre a concepção corporativa de sociedade. Este modelo de investigação considera a pluralidade e a relevância das autoridades locais nos domínios portugueses, permitiu para esta pesquisa uma releitura das relações de poder na sociedade colonial.

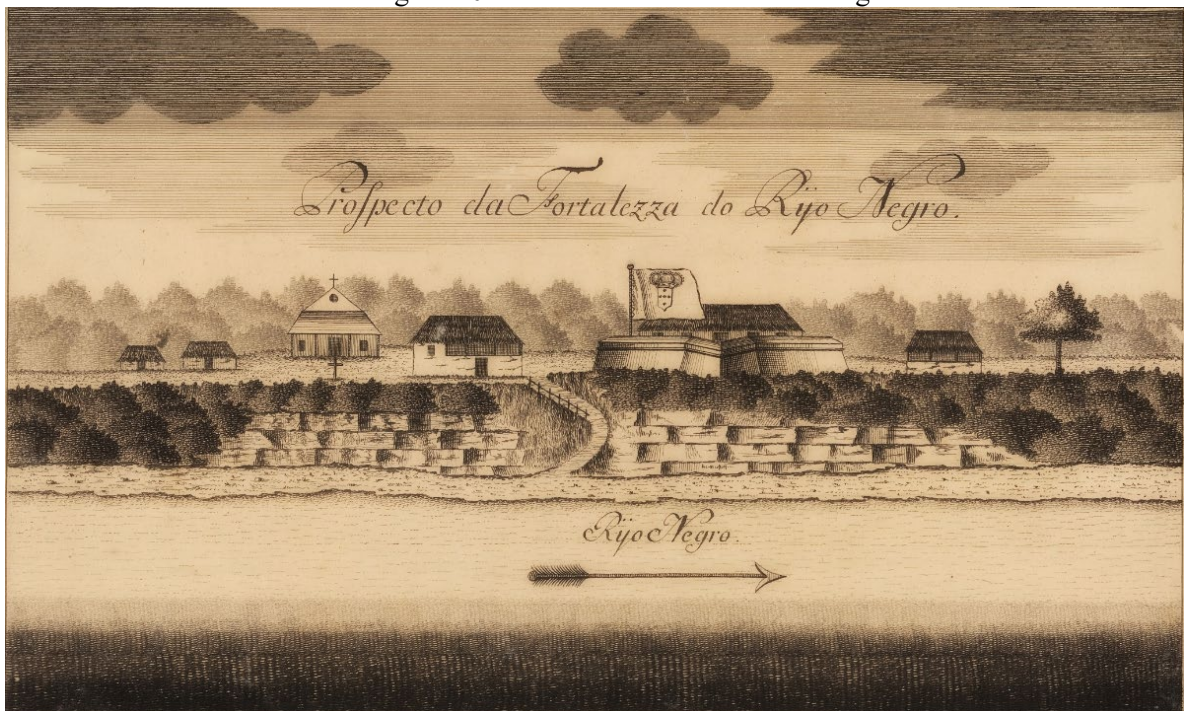
Em alguns momentos faz-se necessário romper com a visão da historiografia tradicional, por exemplo, é preciso analisar as fontes com novos olhares para fugir da versão historiográfica que normatizou o olhar sobre a relação metrópole-colônia, como se fosse uma via de mão única. Emerge uma nova abordagem na qual o poder real não se mostra soberano, pelo contrario ele divide espaço com poderes inferiores, para tal é necessário sair do modelo tradicional de análise que em muitos momentos torna-se monótono e formalista. Sendo assim, essa nova forma de investigação possibilita ampliar e diversificar as investigações do poder em outros nichos do tecido social em uma relação dinâmica, pois quem deveria mandar, precisa fazer concessões, negociações e redes de relações para ter legitimidade do poder (HESPANHA, 2012, p.73).

No próximo capítulo, serão analisadas as fontes coevas e os relatos dos viajantes. Essa documentação permite perceber a importância do controle dos rios e do comércio para garantir a viabilização das medidas políticas de defesa do território e ocupação nas principais comunicações fluviais da Capitania do Rio Negro. Assim, serão consideradas as políticas pombalinas para estabelecer o domínio português na região. Em seguida, serão analisadas as ações das autoridades locais vinculadas ao projeto colonial. E os desafios de proteger a capitania por causa da sua topografia fluvial bastante capilarizada.

2. Capítulo – O Projeto Colonial para a Capitania do Rio Negro: fronteiras, militares e comércio fluvial.

A descoberta da foz do Rio Negro de 1637 e é atribuída ao capitão Pedro da Costa Favela, que acompanhou Pedro Teixeira na expedição de Quito. O antigo nome era Iquiari. Junto as suas nascentes, os nativos ainda o chamam Ueneya. Trinta anos depois de sua descoberta por Favela os portugueses, que por primeiros subiram o seu curso, deram-lhe o nome de Rio Negro pela cor escuras das suas águas, cor que acreditavam ser causada por depósitos de betume que elas atravessariam no seu curso de norte a sul. Em 1669 foi construída como barro, junto à foz do rio, uma fortificação destinada a proteger os povoados do interior dos ataques do Mura, esses Uscoques do Amazonas de quem já falamos. O comandante. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, foi o idealizador dessa iniciativa ao mesmo tempo agressiva e defensiva; Francisco de Mota Falcão foi o engenheiro encarregado da obra e Angélico de Barros o seu primeiro oficial. Se esses personagens históricos não despertaram qualquer lembrança na mente do leitor não terá sido minha culpa (MARCOY, 2001, p.163-164).

Iconografia 01: Forte de São José Do Rio Negro



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1756.

O viajante francês, nomeado de Laurent Saint-Cricq, conhecido pelo seu pseudônimo de Paul Marcoy, em sua viagem pelo Rio Amazonas no período de 1846 a 1847. Tem a sua descrição das características físicas da fortaleza da barra do Rio Negro, como também conta um pouco da sua fundação, como está em destaque no início deste capítulo. Em função disso,

é nesta cidade, ilustrada pela iconografia¹⁶ acima, que é expedida e recebida a maioria das cartas trabalhada para fins desta pesquisa. Desse modo, considera-se como cenário analisado para este estudo a Capitania do Rio Negro, a qual, no período de 1780 a 1808, tinha como capital Barcelos e ainda era um território administrativo subalterno a Capitania do Grão-Pará.

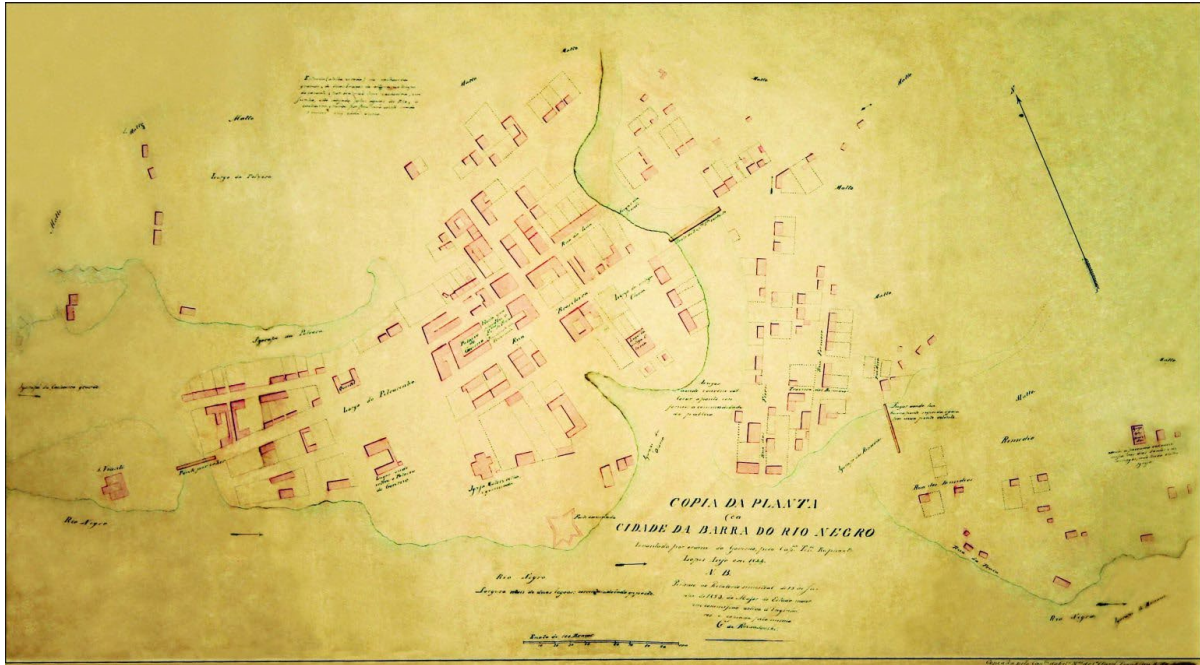
A fortaleza da Barra do Rio Negro foi por muito tempo uma das poucas guarnições que estabelecia a presença lusitana na região oeste da América portuguesa. A partir disso, durante o século XVIII, as autoridades, a exemplo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado¹⁷, erigiram vilas e fortalezas, como a de São José de Marabitanas, para efetivar a presença dos portugueses no território (MARCOY, 2001, p. 164). Além disso, a Barra do Rio Negro foi descrita por muitos viajantes e naturalistas, a exemplo de, Paul Marcoy e Alexandre Rodrigues Ferreira, como uma cidade estratégica por causa da sua localização que fica próximo ao encontro das duas principais comunicações fluviais da capitania, Rio Amazonas e Rio Negro.

A Barra do Rio Negro situa-se a leste da fortaleza, a cerca de mil passos geométricos do sitio de Manaos. Ela está constituída numa superfície tão irregular que chega a ter morrinhos mais altos do que os telhados das casas, o que seria pitoresco se não fosse absurdo. Uma longa avenida, larga e ondulada, estreitada aqui e acolá por muros desalinhados escadas proeminentes, corta a cidade norte a sul. Algumas vielas saem desta rua em direção ao leste, enquanto a oeste há uma série de grandes espaços vazios. Três riachos providos de passarelas serpenteiam pela cidade e servem de docas e estaleiros para a sua flotilha mercantil. Pequenas escunas, chalupas e canoas cobertas estão em reparos, aguardam algum carregamento ou se abrigam das trovoadas (MARCOY, 2001, p. 167).

¹⁶ Forte-de-São-José-do-Rio-Negro. BNRJ. Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis que se acham em o mapa que tiraram os engenheiros de expediçam principiando da cidade do Pará the a aldeia de Mariua no Rio-Negro. João André Schwebel, 1756. Endereço eletrônico: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1095066/mss1095066.htm. Acesso em 22/06/2023.

¹⁷ Décimo-nono governador do Pará.

Iconografia 02: Planta da cidade da Barra do Rio Negro em 1844.



Fonte: Biblioteca do Exército, levantada por Raphael Lopes Anjos.

A descrição de Macoy em sua estadia pela cidade da Barra mostra a sua importância também para o comércio da Capitania do Rio Negro, pois ela era um entreposto fundamental de mercadorias vindas dos sertões amazônicos e que seriam despachados para Belém e, por conseguinte, exportados para Europa (MARCOY, 2001, p. 168). Dessa forma, vale considerar que a vantagem estratégica da Barra, também, para o comércio fluvial se deve ao fato de que ela possui muitos afluentes e converge com o Rio das Amazonas. Sendo assim, essa cidade torna-se um ponto de confluência de muitas embarcações vindas das inúmeras redes de rios que formam a topografia que atualmente conhecemos como bioma amazônico.

Neste sentido, serão analisadas neste capítulo, a partir de fontes coevas, as complexidades do comércio fluvial diante de um contexto de tensões diplomáticas das coroas ibéricas devido às divergências nas ações de demarcações de fronteira dada a imensa rede hidrográfica que forma a Capitania do Rio Negro. Além disso, serão trabalhadas questões que foram possíveis de serem observadas como primeiros resultados da pesquisa: a importância dos poderes subalternos para a viabilização da conquista da capitania do Rio Negro; a necessidade do trabalho indígena para suprir a produção de alimentos e transporte para o abastecimento do Real Serviço; e a importância do comércio como elemento para estabelecer o domínio português na região.

2.1 O comércio fluvial e as ações para proteger e vigiar os rios da capitania do Rio Negro.

Os mecanismos das políticas pombalinas buscaram estabelecer o domínio sobre a região da capitania de São José do Rio Negro por meio das ações dos trabalhos de demarcações e defesa das fronteiras, reorganização da economia e o uso do trabalho indígena para os serviços do Estado. Esta configuração pode ser observada na documentação selecionada para esta pesquisa, as quais apresentam medidas que estão vinculadas com o projeto colonial, voltado para a região norte da América portuguesa.

Esta documentação se encontra em códices¹⁸ no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e são constituídas de ofícios enviados por diversas autoridades preocupadas com a salvaguarda do território, tais como, o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar em Lisboa, Martinho de Melo e Castro, Governador do Estado do Grão-Pará, o Capitão-General Francisco de Souza Coutinho, Governador da Capitania do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo de Almada, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Pinto de Souza Coutinho e comandos militares.

Essas fontes possibilitam a construção de um cenário, a partir do olhar da administração pública e mostram as formas que as autoridades planejaram o controle da região, buscando assim estabelecer o domínio português na capitania do Rio Negro, onde havia disputas pelo território com a Espanha e a França. Além disso, essas fontes permitem perceber os desafios de proteger uma região tão vasta de rios e grande extensão de terras, desse modo, os planos para a efetiva ocupação nessa região foram registrados nos diálogos e reflexões desses militares no período de 1780 a 1808. Este período é marcado por tensões diplomáticas de Portugal com a Espanha pelas demarcações das fronteiras coloniais na América do Sul. Desse modo, destacam-se alguns Tratados assinados por esses países para estabelecer os limites das suas respectivas fronteiras, o Tratado de Madri (1775) e o Tratado de Santo Ildefonso (1777). E ainda nesse período da segunda metade do século XVIII, a abertura dos portos para nações amigas e um contexto de crise na Europa (Lopes, 2016, p. 391).

Outrossim, foram utilizados também os relatos dos viajantes. Embora seja posterior ao período da pesquisa, Paul Marcoy em “Viagem pelo Rio Amazonas” em 1847, apresenta

¹⁸ Série de documentos oficiais organizados de forma cronológica em caderno.

descrições que fornecem elementos para compreender o cotidiano dos moradores que recebem a comitiva em sua residência e a descrição da natureza ao redor. Esses depoimentos possibilitaram visualizar o cotidiano das vilas e povoações que a expedição se estabeleceu ao longo do Rio Amazonas até a capital Belém.

Trabalhou-se também o relato de Alexandre Rodrigues Ferreira em seu diário da “Viagem Filosófica pela capitania do Rio Negro” em 1786. Tal diário é composto por cópias de ofícios expedidos ao próprio viajante e dos avisos expedidos ao comandante da Fortaleza da Barra do Rio Negro, além disso, tem-se a descrição realizada pelo viajante a respeito da situação que se encontravam as vilas nas margens do Rio Negro. O relato de Ferreira permitiu visualizar as condições das vilas, povoações e dos fortes militares, desde o forte de Marabitanas até a sede da Capitania do Rio Negro, Barcelos.

A partir dessas documentações foram identificadas políticas de criação de fortes militares ao longo dos principais rios da região, exemplo, Rio Solimões, Rio Negro e Rio Branco, uma vez que o reconhecimento das fronteiras e das comunicações fluviais do território eram importantes para defesa da capitania. Além da presença militar, foi constatada a necessidade de prover tropas, pólvoras e balas¹⁹, pois era necessário conter as nações indígenas hostis à presença portuguesa e defender o território de uma eventual invasão estrangeira.

Illmo. e Exmo. Sr. V. Exa. sabe muito bem as obrigação que eu tenho de cuidar e responder pela segurança e defesa desta Capitania, a cuja obrigação e responsabilidade V. Exa. também ligado, porque sendo eu como sou súdito de V. Exa. e este Governo subordinado ao de V. Exa. e que me deve dar os meios, sendo os mais necessários, tropas, pólvoras e balas, de que necessito indispensavelmente para conservar em respeito este domínios de Sua Majestade e de defender da invasão das naçõens confinantes, no caso dos Holandezes declarão guerra a Portugal, e que com Hespanha parecia que também se estava em desconfiança²⁰.

Para consolidar a dominação do território, era essencial um plano de defesa da capitania, por isso, o governador Manoel da Gama Lobo d’Almada (1791-1799) considera fundamental a adoção de algumas medidas, sobretudo a presença mais efetiva do aparato

¹⁹ Carta expedida por Sebastião José Prestes para Francisco de Sousa Coutinho, Governador do Grão-Pará, com cópia para Manoel da Gama Lobo d’Almada, Governador do Rio Negro, participando-os da necessidade do auxílio de tropas, pólvoras e balas para a defesa das fronteiras. Barra do Rio Negro, 26 de novembro de 1796. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0057.

²⁰ Carta expedida por Sebastião José Prestes para Francisco de Sousa Coutinho, Governador do Grão-Pará, com cópia para Manoel da Gama Lobo d’Almada, Governador do Rio Negro, participando-os da necessidade do auxílio de tropas, pólvoras e balas para a defesa das fronteiras. Barra do Rio Negro, 26 de novembro de 1796. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0056.

militar. Além do mais, faz-se necessário também o estabelecimento de fazendas não só para dinamizar o comércio na região, mas também marcar de maneira mais incisiva a presença portuguesa na região e arrecadar impostos para financiar todo esse aparato militar da defesa da capitania²¹.

Com lastima e magoa o digo, he que esta extensa, rica e fértil Capitania não tenha braços para cultivar a fecundidade de hum paíz tam abundante, ao mesmo tempo que tem em si mesma inumerável Gente, que desembrenhada dos matos que habitão porderião dispor-se aos trabalhos da sociedade com reciproca utilidade sua, da cultura e do commercio desta Capitania e do Real interesse de Vossa Mag. Porém, tudo isso ficará sempre embrião, em quanto esta Capitania não for Governo Geral²².

Além de um efetivo militar, faz-se necessário desenvolver o comércio para aproveitar a fecundidade da região. O comércio, identificado na documentação desta pesquisa, quase sempre está relacionado com a logística militar para a defesa do território. Desse modo, Alencastro (2000) ressalta que “o ideal do colonizador é promover a produção nessas regiões do além-mar”, isto posto se deve ao fato de que o processo de conquista precisa se sustentar para efetivar a dominação.

Sem uma resposta que atendesse o principal pedido de tornar a Capitania do Rio Negro independente do Estado Geral do Grão-Pará. O então governador Manoel da Gama Lobo d’Almada, desenvolveu um plano, dentro dos limites de um governo subalterno, para proteger a capitania e afastar a ameaça da presença espanhola instalada próxima das fronteiras.

Primeiramente, esse plano do governador abrange a presença de oitocentos homens armados e quatrocentos quintais de pólvoras para atacar o Forte Castelhana de Santo Agostinho e a aldeia de São Carlos, os quais estão “há onze horas águas abaixo da fortaleza de Marabitanas²³”.

Este plano visava afastar os espanhóis que se instalaram na área durante as demarcações para o Tratado de Madri em 1750 e não partiram desde então. Desse modo, o

²¹ Carta expedida por Manoel da Gama Lobo d’Almada, Governador da capitania do Rio Negro, ao Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro do Ultramar e da Marinha, a aprovação do projeto de desenvolver a capitania do Rio Negro. Forte da Barra do Rio Negro, 02 de Agosto de 1797. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0080, 0081.

²² Carta expedida por Manoel da Gama Lobo d’Almada, Governador da capitania do Rio Negro, ao Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro do Ultramar e da Marinha, a aprovação do projeto de desenvolver a capitania do Rio Negro. Forte da Barra do Rio Negro, 02 de Agosto de 1797. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0085.

²³ Carta expedida por Manoel da Gama Lobo d’Almada, Governador da capitania do Rio Negro, ao Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro do Ultramar e da Marinha, sobre o projeto de segurança da capitania do Rio Negro. Forte da Barra do Rio Negro, 10 de Agosto de 1797. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0072, 0073.

ataque serviria para retirá-los das proximidades da fronteira, haja vista que um ataque vindo dos espanhóis nessa proximidade poderia pôr em risco a própria fortaleza da Barra do Rio Negro. Após a destruição do forte seria necessário um efetivo militar para garantir a segurança do território na foz do rio cassiquiare por causa da sua comunicação do Rio Negro com o rio Orinoco²⁴.

Em seguida o governador continua com as intensões de afastar as tropas espanholas, agora mais ao sudoeste da capitania, próximas ao posto de Tabatinga no Rio Solimões, uma vez que essa região também pode ser insultada e pôr em risco os domínios das minas de Mato Grosso²⁵. Ademais, com a mesma preocupação em manter um efetivo militar nos principais rios e nos canais que ligam outras comunicações fluviais, se faz necessário prover munições para essas tropas e mantimentos para os soldados. Entretanto, na mesma carta de planejamento da defesa do território pelo governador Manoel da Gama Lobo d'Almada informa a insuficiência de suprimentos para a guarnição²⁶.

O então governador do Rio Negro não era o único que expedia ofícios solicitando suprimentos para as tropas. Militares como o Sebastião José Prestes²⁷, enviavam cartas, alertando para o atraso de pagamento e a falta de mantimentos nos armazéns. Desse modo, muitos oficiais possuíam roçados e usavam a mão de obra dos cabos, os quais eram em sua maioria indígenas, para coletarem as drogas do sertão para o seu próprio comércio. Sendo assim, organizar as tropas para defender os canais fluviais e criar postos de controle sem um apoio logístico do comércio para suprir essas tropas mostra-se insuficiente. Ademais, o "numero de praças para vigiar essas extensas redes de rios era cada vez mais diminuto por causa das mortes por enfermidade, deserções e por ataques dos Muras"²⁸. A falta de praças para vigiar o território, principalmente, os rios, era motivo de preocupação, pois muitos desses

²⁴ Fonte Carta expedida por Manoel da Gama Lobo d'Almada, Governador da capitania do Rio Negro, ao Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro do Ultramar e da Marinha, sobre o projeto de segurança da capitania do Rio Negro. Forte da Barra do Rio Negro, 10 de Agosto de 1797. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0075.

²⁵ Fonte Carta expedida por Manoel da Gama Lobo d'Almada, Governador da capitania do Rio Negro, ao Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro do Ultramar e da Marinha, sobre o projeto de segurança da capitania do Rio Negro. Forte da Barra do Rio Negro, 10 de Agosto de 1797. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0076.

²⁶ Fonte Carta expedida por Manoel da Gama Lobo d'Almada, Governador da capitania do Rio Negro, ao Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro do Ultramar e da Marinha, sobre o projeto de segurança da capitania do Rio Negro. Forte da Barra do Rio Negro, 10 de Agosto de 1797. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0077.

²⁷ Nas cartas não aparece seu posto como militar, mas Sebastião José Prestes é Secretário das demarcações dos limites territoriais em 1802. AHU_ACL_CU_013, Cx. 123 D. 9456.

²⁸ Carta expedida por Pedro José para José Manoel e Moraes sobre os desafios do destacamento da Boca do Rio Issá por causa dos insultos do Gentio Mura. Esses insultos causaram a morte de um soldado. Boca do Rio Issá, 11 de janeiro de 1784. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0412, doc. 0036, 0037.

rios, que formam o território da capitania, continuavam seu leito nas províncias espanholas como é o caso do Rio Amazonas que inicia nas cordilheiras até chegar a sua foz, ao norte da Ilha do Marajó.

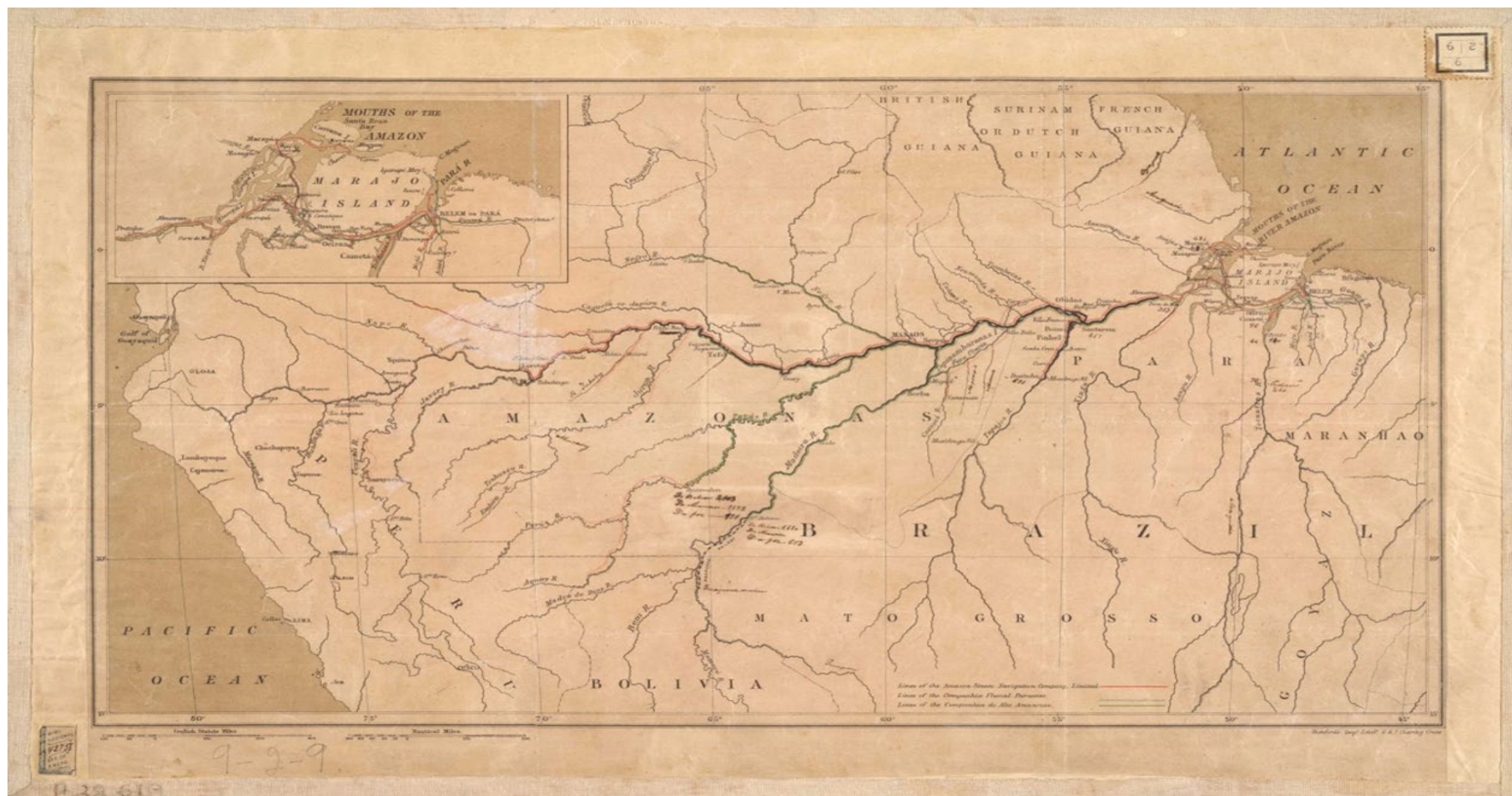
O mapa²⁹ abaixo mostra as rotas de navegação fluvial no Rio Amazonas e seus afluentes, isto é, representa a rota de navegação das empresas *Amazon Steam Navigation Company Limited*, Companhia Fluvial Paraense e Companhia do Alto Amazonas e é posterior ao período da presente pesquisa, porém é interessante destacar as diversas capilarizações dos rios na Amazônia, a qual muitos deles continuam em outros países, a exemplo do próprio rio Solimões.

Além disso, os desafios para controlar uma região tão capilarizada pelos afluentes da calha central do Rio Amazonas, exigiram medidas e esforços políticos, os quais reforçam que o vale do Rio Amazonas sempre ocupou os interesses da administração portuguesa nos projetos coloniais. Isto pode ser observado através da carta³⁰ de Sebastião José Prestes ao Governador Geral Francisco de Souza Coutinho com cópia para Manoel da Gama Lobo d'Almada sobre os desafios de vigiar um território tão cortado por rios e com grande extensão de terra.

²⁹ RIO Amazonas: rotas de navegação fluvial. [Londres, Inglaterra]: Stanford's Geographical Establishment, [190-?]. 1 mapa, 26 x 47 cm em f. 32,3 x 52,6 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530298/cart530298.jpg. Acesso em: 23 May. 2023.

³⁰ Carta expedida por Sebastião José Prestes para Francisco de Souza Coutinho, Governador do Estado Geral do Grão-Para, com cópia para Manoel da Gama Lobo d'Almada, Governador da capitania do Rio Negro, participando-os da neccidade de auxilia de tropas, pólvoras e balas para a defesa da capitania, Barra do Rio Negro, 26 de novembro de 1796. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0061.

Mapa 02 – Rotas de navegação do Rio Amazonas



Fonte: Edward Stenford LTD sobre as rotas de navegação fluvial das Companhias Fluvial Paraense, Alto do Amazonas e Amazon Steam Navigation Company, (190-?).

Conforme documentos da época, um dos principais problemas era o número reduzido de tropas para garantir com maior eficácia a capitania, dentre os principais fatores que afligem as tropas estão as enfermidades tropicais, além da problemática das doenças outro fator que contribuiu bastante, são as constantes deserções que diminuem consideravelmente o efetivo militar na região. Outro ponto a ser mencionado é a questão econômica, que refletia diretamente nos investimentos de material bélico, soldo do corpo da guarda e no provimento de mantimentos. Assim sendo, torna-se possível concluir que o efetivo controle do comércio fluvial teria grande impacto no aumento da arrecadação de impostos, que serviram com fonte para financiar o projeto de dominação.

É desta forma que Adilson J. I. Brito (2019) destaca a necessidade da Coroa tomar posse dos principais cursos d'água da capitania, já que eram por eles que circulavam boa parte dos produtos que abasteciam o comércio interno e externo por esse motivo esses caminhos fluviais ocuparam o centro das disputas travadas pelas coroas ibéricas (BRITO, 2019, p.16). Para isso, foram construídas fortificações militares para assegurarem esses domínios, tal como, o posto de Tabatinga. O viajante Paul Marcoy em sua viagem pelo Rio Amazonas em 1820 destaca a importância do posto de Tabatinga, ou mais propriamente Tauatinga, devido a sua posição na entrada do Rio Solimões. De acordo com a descrição do viajante:

Esse posto militar, agora centenário, situa-se numa elevação de uns trinta pés que arremata uma ampla planície nua. Uma escadaria rustica cavada no barranco lhe dá acesso desde o rio. Duas casas de madeira cobertas de palha, voltadas para oeste e dispostas em ângulo reto, eram os alojamentos do comandante. A caserna era um edifício estreito e longo distante um tiro de espingarda das duas casas e que, sendo-lhes fronteiro, recebia os primeiros raios de sol. Na extremidade da elevação, uma estrutura que parecia um saleiro, mas que outrora havia servido de guarita e agora um pombal, com um mastro para a bandeira do Brasil e, para a defesa, quatro pequenas peças de artilharia de bronze esverdeadas pelo tempo – *aerugo nobilis* – dava ao modesto cenário um toque marcial e militar³¹.

³¹ MARCOY, Paul. Viagem pelo Rio Amazonas. 2001. p. 48.

Iconografia 03 - Desenho de Paul Marcoy em sua passagem pelo posto de Tabatinga no rio Solimões (1846).



Fonte: MARCOY, Paul. Viagem pelo Rio Amazonas, 1820.

Este posto foi construído em 1766 para substituir a fortificação na Ilha da Ronda. O forte construído na Ilha de Ronda era inútil para controlar os comerciantes, saqueadores e contrabandistas do Peru, esses sujeitos continuavam suas incursões no território brasileiro sem serem incomodados com as balas das sentinelas da Ilha. Assim, para pôr em cheque esses sujeitos e obrigando-os a acertar contas com a alfândega ou juiz, foi decidido estabelecer uma fortificação na margem esquerda do trecho mais estreito do Rio Solimões.

Esse novo posto foi criado pelo alferes Coelho e denominado de Tauatinga ou São Francisco Xavier de Tabatinga, o qual estava instalado durante a passagem do viajante um sargento e nove soldados, destacados da guarnição de São José, acompanhados com suas esposas, mulheres Ticunas. Ainda neste lugar, Paul Marcoy relata que, durante a conversa com seus anfitriões, onze dias antes os mesmos haviam descoberto por acaso um complô tramado pelos soldados para assassinar o sargento e sua esposa. A partir desse relato é possível ressaltar os atos que poderiam contribuir para a insubordinação que iriam além das punições corporais, que costumavam ser a gota d'água. De acordo com o que foi relatado pelo viajante, os soldados eram mantidos como escravos e obrigados a caçarem, a pescarem e a coletarem especiarias na floresta para seu comandante que despachava os produtos em povoados vizinhos, além de manter relações comerciais com pequenos comerciantes, produtores rurais, indígenas e quilombolas, montados em uma igarité de sua propriedade.

Diante desse cenário, destacam-se para este estudo o cotidiano dos militares nos sertões da capitania, os quais alguns utilizavam da sua posição de oficial para desenvolver relações comerciais pelos rios, além de obter mão-de-obra dos soldados de patentes mais baixas para os roçados e coletas das drogas do sertão. Por esse motivo, faz-se necessário entender a relevância do controle das principais rotas de navegação para garantir a posse do território. Desse modo, cabe ressaltar que a partir desse objetivo outras questões são viáveis para serem analisadas: como se dava o controle das rotas fluviais consideradas estratégicas na capitania para o comércio fluvial? Como o comércio clandestino no circuito fluvial, em áreas consideradas estratégicas para as autoridades militares, era desenvolvido e quais os seus atores?

Essas questões ao longo da pesquisa foram observadas a partir dos ofícios expedidos por Henrique João Wilckens, o qual possuiu preocupações constantes pela presença de soldados espanhóis no território. Em uma das suas cartas ao senhor João Pereira Caldas, avisa sobre a presença do Comissário espanhol³², o qual por “excesso de precaução ou por falta da verdade” não revelou as suas reais intenções “por não haver recebido as instruções do Senhor General de Caracas”. O objetivo desse Comissário era navegar pela parte superior do Rio Orinoco, mas teve o pedido recusado pelo próprio Henrique João Wilckens³³.

Essas preocupações em proteger as entradas das principais comunicações fluviais, tal como o Rio Orinoco, e vigiar a circulação de pessoal, principalmente de espanhóis, viabilizaram discussões sobre o comércio fluvial como elemento importante para efetivar o domínio na Capitania do Rio Negro. Em um contexto marcado por tensões diplomáticas em função das demarcações de fronteiras, as relações sociais entre os sujeitos envolvidos nessas atividades militares e de ações de controle do Estado acerca do comércio, isto por sua vez, ganharam tonalidades e dimensões distintas, se comparando em outro momento.

Em resposta ao Conselho Ultramarino sobre as ordens destinadas à Capitania do Rio Negro, o Governador Manoel da Gama Lobo d’Almada faz um pedido para promover a emancipação da capitania do Rio Negro independente da Capitania do Pará, isto é, após enviar uma carta com os detalhes das medidas para a proteção do território o então Governador descreve essas ações dentro dos limites de uma capitania subalterna. Assim,

³² O nome do Comissário estava ilegível.

³³ Carta expedida por Henrique João Wilckens, ao Senhor João Pereira Caldas, sobre a presença do Comissário espanhol. Ega, 24 de janeiro de 1784. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0412, doc. 0036, doc. 0037.

“para benefício dos serviços reais e dos povos³⁴” justifica-se a necessidade da autonomia da capitania em relação ao Governo Geral do Grão-Pará, uma vez que poderia fornecer mais capacidade para os seus habitantes e melhor atender às necessidades das povoações da capitania.

Em seguida, o governador destaca também que nesta melhor situação seria possível prover os postos dos regimentos de milícias, bem como conhecer o merecimento e capacidade de suas promoções, uma vez que teria uma visão das contingências³⁵.

Os commandantes das fortalezas e registros, os directores das povoações dos índios e aldeados, os principaes e officiaes dos mesmos índios seria conveniente que fossem da nomeação do Governo desta Capitania.³⁶

Desse modo, a separação do Governo Geral do Grão-Pará para o então governador poderia sanar os problemas do crescente número de desertores devido às precariedades que se encontravam nos reais serviços da capitania. A partir disso, é possível identificar o grau de autogoverno no Brasil colonial, devido às informações que autoridades locais possuíam a respeito do território e as especificidades (HESPANHA, 2010, p.51). Por meio das fontes coevas, observa-se que a vivência e as condições que esses sujeitos estavam postos no interior do território interferiam no estabelecimento das ordens e as práticas impostas no cotidiano. Reorganizar espacialmente o território, como por exemplo, desmembrar o Estado do Grão-Pará e Rio Negro em Capitania do Rio Negro e a capitania do Pará poderiam dá maior celeridade às tomadas de decisões devido às burocracias, isto aceleraria o desenvolvimento da região diante de um contexto de tensões diplomáticas.

A falta de pólvora, balas e mantimentos prejudicavam o andamento do projeto colonial. De acordo com a análise das fontes coevas foram identificados inúmeros documentos oficiais, demonstrando a preocupação de militares envolvidos diretamente nos

³⁴ Carta de Manoel da Gama Lobo d’Almada, Governador da Capitania de São José do Rio Negro, ao Conselho Ultramarino, participando-os sobre as ordens estabelecidas para a região e com o acompanhamento da resposta para informar a importância de que se faça em separar a capitania do Rio Negro com o Governo Geral do Grão-Pará, Forte da Barra do Rio Negro, 11 de agosto de 1797. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0080, 0081.

³⁵ Carta de Manoel da Gama Lobo d’Almada, Governador da Capitania de São José do Rio Negro, ao Conselho Ultramarino, participando-os sobre as ordens estabelecidas para a região e com o acompanhamento da resposta para informar a importância de que se faça em separar a capitania do Rio Negro com o Governo Geral do Grão-Pará, Forte da Barra do Rio Negro, 11 de agosto de 1797. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0080, 0082.

³⁶ Carta de Manoel da Gama Lobo d’Almada, Governador da Capitania de São José do Rio Negro, ao Conselho Ultramarino, participando-os sobre as ordens estabelecidas para a região e com o acompanhamento da resposta para informar a importância de que se faça em separar a capitania do Rio Negro com o Governo Geral do Grão-Pará, Forte da Barra do Rio Negro, 11 de agosto de 1797. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0503, doc. 0082.

procedimentos de logística que implicavam no convívio da tropa na região. Era constante o relato dos capitães e sargentos informando a falta de gêneros alimentícios como carne seca, farinha e sal, ao mesmo tempo muitos militares viam oportunidades para tornarem-se verdadeiros capitalistas em meio à criação de burocracias para disciplinar o comércio e contrabandos de gêneros.

Esta relação pode ser identificada nos relatos de Paul Marcoy em sua descida pelo Rio Solimões em 1847, a qual descreve a tensa relação do sargento e sua esposa com os soldados no posto de Tabatinga na entrada do Rio Solimões. Marcoy descreve que os próprios soldados cuidavam das suas roupas e eram responsáveis por caçar e coletar mantimentos na floresta, tanto para guarnecer o posto quanto para abastecer a canoa do sargento, que comercializava com vilas vizinhas.

Em determinados momentos, a situação se tornava problemática, pois implicava na diminuição drástica da guarnição de alguns postos de fiscalização. As precariedades dos suprimentos existentes, nesses locais, levaram inúmeros soldados a recorrerem à deserção para garantir sua sobrevivência, assim, muitos combatentes se embrenhavam nos matos ou escapavam pela imensidão dos rios³⁷. Tal situação de penúria obrigava muitos soldados a ocuparem boa parte de seu tempo na construção de roçados para que minimamente pudessem suprir suas necessidades alimentícias básicas, o que dividia o tempo com principal propósito da presença do efetivo militar na região, que era a questão da proteção do território.

Não era incomum encontrar capitães que se utilizavam da hierarquia para submeter soldados de baixa patente e nativos da região como mão de obra destinada ao cultivo da terra. Nos relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira, indicam que o capitão Severino Eusébio, utilizava a mão de obra, principalmente, de mulheres indígenas para a labuta com a terra, sobretudo na produção de hortaliças e cultivo da maniva para o fabrico da farinha, que se configurava como importante complemento alimentar na época (FERREIRA, 1786, p. 111).

O uso da terra para o cultivo era também uma forma de demarcar a presença portuguesa na região, Alexandre Rodrigues Ferreira em seu relato pelo Rio Negro destacava para o estado que se encontravam as vilas e povoações no Rio Negro. Para Ferreira, os poucos moradores que se fixaram nessas povoações ao longo do rio não são suficientes para efetivar uma ocupação do espaço. Era necessário um investimento nesses lugares, pois “uma povoação não cresce só de sorte, que sejam necessários nela officiaes de justiça”

³⁷ Ofício de João Pereira Caldas, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, a Martinho de Souza e Albuquerque, Governador do Estado do Grão Para, sobre a fuga de soldados do posto de Tabatinga e sua busca pelos rios da região. Barcellos, 30 de janeiro de 1784. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0412, doc. 0095, 0096, 0097.

(FERREIRA, 1786, p. 44), sendo importante eleger pessoas em cargos administrativos, para que os vassallos possam gozar dos mesmos privilégios e prerrogativas dos moradores da cidade de Belém, capital do Estado do Grão-Pará (FERREIRA, 1786, p. 44-45).

Para que essas povoações possam gerar vantagens ao serviço real, Ferreira considera importante o trabalho dos homens em alavancar formas produtivas baseadas na agricultura. Por esse motivo, o viajante destaca a importância dos lavradores em construir os seus roçados, pois assim buscavam selecionar as melhores sementes e gêneros para retirarem disso as melhores vantagens como lavradores da capitania do Rio Negro. Isto posto, poderia arrecadar mais tributos pela fazenda real e elevar o enriquecimento desta capitania. Além disso, a produção desses roçados permitiria a independência dessa capitania as outras e traria mais opções de produtos para as exportações aos portos de Lisboa (FERREIRA, 1786, p. 113).

Os diferentes métodos utilizados pelos proprietários de roças visavam promover melhorias na produção de determinados gêneros da terra, tais como “a mandioca, maniba, merim, asse, atuca, pacajá, bacuri que todos dão boas raízes e fazem boas farinhas brancas e amarelas incluídas as outras que chamão guajará, tucumão e jacundá” (FERREIRA, 1786, p. 108). As roças que apresentavam melhores produtividades, em destaque para a produção de farinha, eram as roças cujos “proprietários” tinham um olhar mais detalhado, que envolvia desde cuidados mais específicos com o desenvolvimento da raiz aliado à observação do clima regional.

Se os lavradores tem examinado por todos os modos estreitos pontos essenciaes, como são o roçada, a plantação e a capinação, esse depois de feitas as experiências continuão a observar que as terras não rendem sam então obrigado a pronunciar com elles sobre a sua inpropriedade (FERREIRA, 1786, p. 111).

Por outro lado, havia proprietários/produtores que se utilizavam de instrumentos que acelerassem a produção, pois não estavam preocupados com a qualidade do produto, mas com a quantidade produzida em menor tempo. Além disso, utilizavam a mão de obra indígena para realizar as suas produções. Nesse sentido, segundo o viajante Alexandre Ferreira esses eram mais negociantes do que lavradores.

Se as impressas espremem mais de pressa do que os tipitis, porque razão prevalecer o uso destes e não daquelles? Mas eu já escrevi que os mais delles são mais negociantes do que lavradores. (FERREIRA, 1786, p. 111).

A partir do relato realizado por Ferreira foi possível perceber muitos militares envolvidos em práticas comerciais. Esse contexto está relacionado algumas décadas após a expulsão dos jesuítas, os quais muitos particulares, a exemplo dos militares passaram a dominar o cenário do comércio na região norte da América Portuguesa (SOUZA JUNIOR, 2009). Isto por sua vez, será melhor discutido no próximo tópico a formação de uma elite de comerciantes provenientes da esfera militar.

2.2 O comércio fluvial: práticas e relações comerciais pelos militares

A partir do levantamento realizado por Alexandre Ferreira (1786) é possível iluminar as diversas formas de manejo que foram desenvolvidas por produtores rurais, entre eles, militares que buscaram melhorar a sua produção. Por isso, pode ser observado na propriedade do tenente coronel Theodosio Constantino de Chermont, a produtividade melhorou quando foi utilizada a técnica e o uso do tipiti³⁸ para acelerar o processo e diminuir o tempo de beneficiamento da farinha.

Outra medida adotada por muitos lavradores para impulsionar o comércio para a exportação era introduzir, na capitania, plantas trazidas de outras regiões, como por exemplo, a mangueira de origem indiana, jambeiro, dentre outros vegetais estranhos à fauna do bioma amazônico (FERREIRA, 1786, p.113). Essas plantas introduzidas na região tinham como critério de seleção o seu valor de mercado para o abastecimento do comércio, a exemplo do café, açúcar, hortelã, couve-flor e repolho. E das plantas da região, o cacau, anil, mandioca tinham o maior destaque. Assim, observa-se que a escolha dos gêneros a serem cultivados está relacionada, principalmente, com os fatores econômicos do que naturais.

As Fazendas Reais possuíam cultivos de hortaliças e víveres para o abastecimento dos postos de comando e os pagamentos dos soldados, entretanto, nem sempre isso acontecia. Muitos comandantes no sentido de amenizar a situação vivida pelo desabastecimento por vários postos optavam por negociar gêneros com comerciantes civis e eclesiásticos, buscando amenizar a escassez de recursos³⁹.

³⁸ Tipiti é uma espécie de prensa ou espremedor de palha trançada usado para escorrer e secar raízes, normalmente mandioca. O objeto é utilizado principalmente por povos indígenas e ribeirinhos do Brasil, especialmente da região amazônica.

³⁹ Carta expedida pelo Intende Geral da Colônia, João Severino Maciel da Costa ao Governador Interino José Narciso de Magalhães, sobre a necessidade de comprar e venda de produtos para o pagamento de soldos. Cayenna, 09 de Julho de 1811. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0653, doc. 08239.

Por outro lado, essa relação comercial entre militares e eclesiásticos nem sempre ocorria de forma harmoniosa, devido ao impasse sobre o controle da mão de obra indígena. Estes, por sua vez, remetiam esses trabalhadores para trabalhar nos serviços do recepção de autoridades políticas que chegavam a vila, isto visava garantir a livre circulação das canoas, produtos, por meio da liberação de passaportes exigidos pelos postos militares⁴⁰. Em relação à mão de obra indígena, esta era comumente utilizada para os serviços necessários ao conforto das autoridades políticas que se instalariam nas vilas em suas visitas pela capitania. Esses índios eram enviados por militares e eclesiásticos como uma forma de contribuir para as despesas das viagens do governador, garantindo assim a permissão de envio de botes com produtos para serem comercializados nas cidades. Isto foi considerado fator relevante, pois, naquele contexto as moedas fiduciárias eram raras e tal prática era adotada para a “manutenção” do comércio fluvial naquele período⁴¹.

Por isso, para resolver tal impasse os comerciantes, militares e eclesiásticos deveriam deslocar seus trabalhadores para realizar algumas tarefas nas roças e serviços domésticos para melhor receber o governador da capitania, o que causava muito desconforto junto aos eclesiásticos que se sentiam prejudicados por essa interferência⁴².

Tal situação pode ser constatada no sermão de um vigário que se desentendeu com o Escrivão Interino da Fazenda Real e Secretário da Quarta divisão Limites, Pedro José Pereira, e em várias situações ele usou seus sermões durante a missa para tecer críticas ao aparato militar, proferindo indiretas para as ações do comandante da vila de Olivença, embora não descreva as ações dos militares, as críticas giram entorno do aparato mercantil para garantir a circulação das canoas dos comerciantes⁴³. Este episódio observado na carta de Pedro José Pereira ao auxiliar Custódio de Mattos Pimpim, sobre a desavença com o padre, mostra a relação conturbada entre militares e os eclesiásticos por causa, principalmente, do controle da mão de obra indígena, uma vez que eram utilizados em inúmeras atividades, como coletores

⁴⁰ Carta expedida por Pedro José a Custódio de Mattos Pimpim, sobre a remessa de botes para a cidade. São Paulo de Olivença, 08 de janeiro de 1784. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0412, doc. 0041.

⁴¹ Carta expedida por Pedro José a Custódio de Mattos Pimpim, sobre a remessa de botes para a cidade. Olivença, 08 de janeiro de 1784. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0412, doc. 0041.

⁴² Carta expedida por Pedro José a Custódio de Mattos Pimpim, sobre a remessa de botes para a cidade. São Paulo de Olivença, 08 de janeiro de 1784. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0412, doc. 0041.

⁴³ Carta de Pedro José Pereira, comandante da vila de Olivença, ao Auxiliar Custódio de Mattos Pimpim, sobre a vinda de botes para os negócios da vila e a falta de respeito do vigário pela falta dos botes com remessas a cidade. São Paulo de Olivença, 8 de janeiro de 1784. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0412, doc. 0042.

de drogas do sertão, trabalhadores agrícolas, remeiros, carpinteiros, guias, caçadores, pescadores etc. (SOUZA JUNIOR, 2009, p.13).

Nesse contexto, José Alves de Souza Junior (2009) discorre sobre esse tipo de disputa quando analisa a resistência indígena diante dos conflitos entre jesuítas, moradores e autoridades coloniais sobre o controle da mão de obra dos gentios a partir de várias formas de “confrontos, negociações, concessões, jogos de influência na Corte, apropriação recíproca de discurso, manipulação”, etc. (SOUZA JUNIOR, 2009, p.13). Sendo assim, observa-se que a teor da carta remetida por Pedro José Pereira e a análise de José Alves está relacionada ao um contexto do pós-expulsão dos jesuítas e a implementação do Diretório dos Índios.

José Alves (2009) destaca que não havia dúvida de que uma das várias formas de acumulação de riqueza na região era através das oportunidades que as funções burocráticas militares e civis viabilizaram para que muitos sujeitos pudessem acumular grandes fortunas.

A autoridade militar representada em São Paulo de Olivença por um comandante e seu lugar tenente; o poder civil por um juiz de paz. Esses funcionários têm negócios com as grandes vilas de Ega, Coari e Barra do Rio Negro, para onde remetem os produtos do Alto Amazonas. (MARCOY, 2001, p. 68).

Esse trecho retirado do diário do viajante Paul Marcoy permite perceber que as facilidades e usos da burocracia criada para disciplinar o comércio fluvial na região, possibilitou a criação de pequenas elites nos sertões da capitania. Sendo assim, não podemos desconsiderar o caso do sargento mor Theodosio Constantino de Chermont. Este é um dos nomes que mais aparecem nos ofícios como responsável na entrega de botes para os negócios para as vilas da capitania⁴⁴. Estes botes possuíam, em um deles, “igualmente arroba e meia de salsa”⁴⁵ e eram equipados por dez índios no remo além do piloto e vinham com cartas expedidas do diretor da vila de São Paulo de Olivença para levar os negócios do sargento Chermont para serem negociados.

José Alves (2009) em sua pesquisa também levanta o nome de Theodosio Constantino de Chermont como um importante exportador de gêneros para Lisboa em um contexto que as

⁴⁴ Carta de Pedro José Pereira, comandante da vila de Olivença, ao Auxiliar Custódio de Mattos Pimpim, sobre a vinda de botes para os negócios da vila e a falta de respeito do vigário pela falta dos botes com remessas a cidade. Olivença, 8 de janeiro de 1784. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0412, doc. 0041, 0042, 0043.

⁴⁵ Carta de Pedro José Pereira, comandante da vila de Olivença, ao Auxiliar Custódio de Mattos Pimpim, sobre a vinda de botes para os negócios da vila e a falta de respeito do vigário pela falta dos botes com remessas a cidade. Olivença, 8 de janeiro de 1784. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0412, doc. 0041.

exportações brasileiras estavam em alta devido à guerra de independência dos Estados Unidos (1776-1783). Este fator histórico também contribuiu para disseminar o comércio como algo lucrativo, o que na visão de José Alves permitiu o aumento dos cabedais dos envolvidos nas práticas comerciais, possibilitando que estes sujeitos assumissem funções importantes na esfera pública na passagem do século XVIII para o XIX.

Além dos oficiais, soldados desertores apareciam nos registros de Paul Marcoy como negociantes e pescadores, vivendo com suas mulheres pardas. Nos registros eles viviam escondidos em igarapés e furos de rios em paz e segurança, como é o caso de João Vieira, Francisco Pires e Antônio Freire. Marcoy registra que muitos pegavam suas canoas para caçarem e pescarem em lugares com bastante riqueza de produtos do sertão. Um desses lugares era a “Ilha de Mantegueira”, situada na margem direita do rio Madeira. Essa ilha era um grande depósito de ovos de tartarugas e por isso durante os dias 30 de agosto e 15 de setembro vinham pescadores e fazendeiros de óleos das vizinhanças montar as suas barracas e mosqueteiros em ambas às margens do rio (MARCOY, 2001, p. 103).

Esses produtos eram negociados nos portos da Fortaleza da Barra do Rio Negro. Esta povoação era um ponto central para encontros de comerciantes atacadistas e varejistas, visando vender, comprar e exportarem seus produtos para os portos de Belém e seguirem para Lisboa. O viajante destaca que os atacadistas recebem do alto Amazonas consignações de chocolate, café, pirarucu, salsaparrilha, manteiga de tartaruga, de peixe-boi e uma enorme variação de mercadorias que chagam nos portos da cidade em pequenos lotes e são armazenados até completarem a carga das embarcações. Além disso, o viajante apresenta também os varejistas que possuem nos porões pequenas lojas com diversos produtos:

Encontram-se nelas artigos de algodão misturados a toucinho, rendas e linguiças, peixe salgado e chapéus de palha, aguardente e botinas, feijão seco, pregos de carpintaria e centenas de outros artigos de notória utilidade (MARCOY, 2001, p. 168-169).

Devido ao intenso fluxo de mercadoria e de circulação de pessoas, Paul Marcoy e Alexandre Ferreira, acreditam que a Fortaleza de São José do Rio Negro seja o local ideal para a capital da capitania por causa da sua localização estratégica entre o Rio Amazonas e Rio Negro. Assim, não foi difícil encontrar relatos nos códices de militares preocupados com a livre circulação de espanhóis na cidade por falta de guarnição.

O caso do soldado espanhol Alfáro e o capitão Fernando Rayol que continuavam com certa regularidade acessar os portos da cidade de São José do Rio Negro, bem como outras vilas próximas e saíam sem serem detidos com suas embarcações. Por esse motivo, Henrique

João Wilkens direcionou soldados da capitania de sua confiança para embarçarem as rotas desses espanhóis e obrigando-os a possuírem passaporte para regularizarem a sua situação.

Continuando eu a saber as disgressoens continuas de tal capitão de conquistas o Negro, Fernando Rayol, e de soldado hespanhol Alfáro, além da prevenção do destacamento na barra do Rio Negro, pela qual com a regularidade devida, informado sou diariamente de quantas canoas entrão neste rio e sahi pretendem dos seus destinos e dos indivíduos que nelas embarcados se achão, e do novo destacamento das barreiras do Guará, perto do lago Acaratúa informado ultimamente, que a aproveitarse continuavão do igarapé-púca, que perto de Nogueira, na cheia, passagem oferece ao solimoens. No dia ouve corrente, por quatro soldados de confiança e escondidos, abater fiz em ambas as margens do dito igarapé, em duas partes algum arvoredado, ficando assim sua navegação embaraçada totalmente; não confiando de nenhum índio esta diligencia⁴⁶.

Neste ofício de Henrique João Wilkens para João Pereira Caldas demonstra que soldados espanhóis circulavam pelo território, assim como soldados desertores e contrabandistas, por meio da complexa teia de rios que formam a região. Por esse motivo, é importante observar as formas que esses soldados fiscalizavam e descobriam essas rotas que facilitavam o contrabando na capitania e os esquemas utilizados para burlarem a fiscalização.

João Pereira Caldas que em cartas trocadas com Henrique João Wilckens, sobre as entradas de um comissário espanhol⁴⁷ que negociava cacau e salsaparrilha com a senhora dona Maria Luiza⁴⁸ e de Dom Francisco Requena, Wilckens alertava para as denúncias do comissário em falsear suas intenções nos postos de fisco para obter acesso à capitania, são exemplos das ações para combater o contrabando na capitania.

Em outro ofício Wilckens denuncia os esquemas de contrabando utilizado por Francisco Requena que envolvia também o seu cirurgião Joze Antônio Villalobos, pois o mesmo transitava pelos postos de fronteiras para atender às demandas de Requena e retornava para o Peru sem levantar suspeita dos fiscais do posto de Tabatinga com os produtos ilícitos.

D. Francisco por opinião, não tem querido despedir, athe agora a canoa a qual carregada de fazenda e negocio seu para Maina regressar fazia; constame que ele em pretenção andava de mandar com o oficial da tesouraria D. Ramon de Alegria substituindo já por outro que proximadamente veio por nome D. Nicolau, também o cirurgião existente de sua partida Joze Antonio Villalobos,

⁴⁶ Carta expedida por Henrique João Wilkens para João Pereira Caldas, capitão-general, sobre a liberdade que os espanhóis tinham ao território devido a falta de guarnição. Ega, 18 de (ilegível) de 1784. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0412, doc.0264

⁴⁷ Carta de Theodozio Constantino de Chermont, sargento mor, para João Pereira Caldas, capitão-general, sobre a permissão para a entrada do comissário espanhol a capitania do Rio Negro. Ega, 24 de janeiro de 1784. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0412, doc. 0033, 0034, 0035, 0036, 0037.

⁴⁸ Ofício de Henrique João Wilckens para João Pereira Caldas, capitão-general, sobre as atividades ilícitas do comandante espanhol com a senhora dona Maria Luiza, negociando cacau e salsa para interesses particulares. Ega, 5 de fevereiro de 1784. Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, Códice 0412, doc. 0123.

para cujo fim, que o D. Francisco he mui conveniente, por este ser seu agente de compras e vendas, seu mestre fala, e por ele promovido a Capitão de milícia de mainas, para cujo fim, digo tem o dito cirurgião como de modo próprio repetidas vezes buscado ao cirurgião Francisco de Almeida e proposto ao dito fixasse substituindo sua falta na assistencia dos doentes do hospital hespanhol, respondido sempre tem o dito Almeida, que precedendo ordem e licença minha prompto estava. O empenho foi extraordinário e não sei se o lucro sessante e dano emergente, palavras bem conhecidas de D. Francisco; D. Felipe e dos mais condecorados sujeitos⁴⁹.

Essa leitura permite uma compreensão do contexto do sistema colonial em expansão, de fundamentação para análise da documentação histórica, constituída de ofícios enviados por diversas autoridades ao Governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, atentando para as ações políticas que visavam disciplinar o mercado da região e o comércio fluvial, o que contempla também as atividades comerciais consideradas clandestinas. Siméia de Nazaré Lopes (2002) em sua análise do comércio clandestino desenvolvido por pequenos negociantes denominados de regatão no pós-cabanagem. Alerta para algumas continuidades nas ações de comerciantes que, por sua vez, burlavam as ações do fisco, evitando atracar em portos fiscalizados e negociava suas mercadorias com comunidades indígenas, soldados desertores, quilombolas e pequenos produtores rurais.

Além disso, Lopes (2002) destaca que esses sujeitos montados em canoas navegavam pelas inúmeras redes de rios existentes na região de forma que não passavam pela triagem do Estado. Isto posto, é observado nos relatos apresentados que envolviam os soldados desertores e os espanhóis que se utilizavam das inúmeras redes de rios que conectam igarapés, furos e lagos, dificultando a vigilância pelos funcionários da fazenda real e dos militares que defendiam a capitania.

Em vista disso, consideramos a importância dessa forma de comércio ilegal para a circulação de mercadorias e desenvolver a cultura do comércio na região, além de ser uma fonte alternativa no abastecimento da população da cidade de Belém, das populações ribeirinhas e pequenas vilas mais afastadas da capital (LOPES, 2002, p. 14). O comércio se apresentava como elemento fundamental para viabilizar a conquista do Rio Negro. Entretanto, para que o comércio ocorresse de maneira satisfatória havia um enorme entrave, como educar os indígenas para que os mesmos fossem inseridos nas atividades comerciais cuja lógica fugia da cultura trabalhista nativa, já que os nativos deveriam aumentar consideravelmente sua atividade laboral. Além do controle da mão de obra, o domínio da região estava ligado a

⁴⁹ Carta expedida por Henrique João Wilkens ao 1º comissário da 4ª divisão de limites, João Pereira Caldas, sobre a liberdade que os espanhóis têm no território devido à falta de guarnição. Vila de Ega, 18 (ilegível). Arquivo Público do Estado do Pará, Fundo SSPP, código 0412. doc. 0264, 0265.

outras questões importantes tais como: como controlar as principais rotas comerciais? Como fiscalizar o comércio fluvial e a circulação de produtos na região? Como coordenar a circulação de pessoas em terras amazônicas devido, sobretudo às tensões diplomáticas que vigorava na capitania?

Deste modo, essa pesquisa considera fundamental trabalho como de Antônio Manuel Hespanha em sua investigação da sociedade do antigo regime a partir da abordagem teórico-metodológico da concepção corporativa de sociedade, a qual permite novas formas de perceber a organização da administração portuguesa dentro de um projeto econômico, os quais poderes periféricos desempenharam um papel importante nas áreas de expansão do processo de colonização.

O presente estudo permite observar o caráter dúbio das medidas pombalinas voltadas para resolver antigos problemas da região, problemas esses que dificultavam o efetivo domínio do vasto território amazônico colonial. Tais problemáticas podem ser claramente percebidas no teor dos ofícios trocados pelas autoridades da época, seu conteúdo aponta para as tensões ligadas à proteção do território, em especial para os problemas relacionados à ‘frágil’ estrutura econômica estabelecida pelo aparato governamental provincial e que tinha reflexo direto no número insuficiente de soldados para guarnecer as fortificações. Em dados momentos, comandantes e seus comandados direcionavam seus serviços e/ou esforços para a produção de alimentos, produtos e logística de transportes voltados para o provimento do comércio da região.

Considerações finais

O paradigma tradicional interpretava o processo de colonização a partir da relação unilateral e de subalternidade da colônia diante da metrópole. Assim sendo, essa relação traz a imagem de um Estado português absoluto e centralizador, onde são irradiadas todas as decisões tomadas para estabelecer os domínios metropolitanos em várias partes do globo. Por outro lado, a análise do processo de conquista desenvolvido por esta pesquisa buscou compreender as ações político/militar da administração colonial a partir da perspectiva do modelo corporativo de sociedade, a qual consiste na pluralidade de poderes que se relaciona com o poder real em um espaço de negociação.

Essa concepção de sociedade corporativa do historiador Antônio Manoel Hespanha questiona essa categoria de Estado absoluto e centralizador. Essas categorias se mostram inviáveis quando se observa a concha de retalhos que foi o Império lusitano em que cada

colônia possui características distintas por causa das condições reais de conquista, que mostraram ser verdadeiros desafios, os quais o poder real construiu, em muitos casos, relações de negociações com as elites locais para se estabelecer o domínio português.

Desse modo, considerando a pluralidade das instituições locais permitem compreender a diversidade de se construir diferentes modelos interpretativos para o processo de colonização. Assim, a historiografia clássica sobre o período colonial brasileiro constrói uma sociedade econômica a partir do modelo da experiência açucareira na região sudeste e nordeste. Por outro lado, desenvolver um estudo sobre a experiência econômica colonial na capitania do Rio Negro, apresenta outras formas de compreender o avanço do processo de conquista sobre a região norte do território brasileiro.

Controlar uma região tão capilarizada e vasta como o território da capitania do Rio Negro exigiu um longo processo de adaptação do Estado para estabelecer o domínio desse bioma tão complexo e específico como a Amazônia. Por esse motivo, as ações dos poderes locais representados pelas autoridades do Governador Manoel da Gama Lobo d'Almada e dos militares vão moldando de forma ímpar o processo de conquista. Isto se deve ao fato de que são esses sujeitos que conhecem a região e, portanto, mobilizam estratégias para garantir a efetividade do projeto colonial.

Sendo assim, a aceitação de sociedade corporativa pauta as ações a partir dos seus interesses particulares, mas que em certa medida está vinculado à coroa em busca de estabelecer o controle sobre a capitania. Isto é, cada corporação visava estar em evidência para conseguir poder, destaque, prestígios e garantia de relações de interesses. Por esse motivo, os projetos coloniais pensados para a região, buscavam não apenas dominar as nações indígenas e o território que hoje conhecemos como Amazônia, mas também organizar e direcionar as ações dos colonos para proveito do reino.

Por conseguinte, a efetiva ação dos poderes periféricos fica evidente, quando analisamos a preocupação das coroas ibéricas com as demarcações de fronteira no vale do Rio Amazonas. As tensões geradas pelas demarcações mostram a importância do conhecimento das redes fluviais que formavam a região e, portanto, o seu domínio e defesa exigia fixação de vilas e povoações em locais estratégicos.

Outro fator importante para viabilizar a conquista da capitania do Rio Negro era o desenvolvimento do comércio. As políticas pombalinas buscavam de antemão a modernização de Portugal, para isso era necessário considerar elevar a capitania do Grão-Pará e Rio Negro a prosperidade. Por conseguinte, a implementação da agricultura e o controle das rotas fluviais

de comércio permitiria explorar economicamente a região e isso implicaria que os indivíduos incorporassem o sentido da colonização.

Nesse sentido, configuram-se elementos importantes para o sucesso do projeto colonial na segunda metade do século XVIII: a presença significativa do efetivo militar para proteger a capitania diante de um contexto de tensões diplomática com a Espanha pelo território. O desenvolvimento do comércio como forma de assentar o domínio português e garantir o financiamento do empreendimento colonial. E o conhecimento da enorme rede fluvial, pois é pelos rios o principal meio de circulação de pessoas e de produtos que abastecem a capitania.

A análise da documentação coletada permite observar as preocupações e estratégias adotadas para garantir o domínio lusitano no norte da América portuguesa. As cartas trocadas pelas autoridades, como o governador da capitania, Manoel da Gama Lobo d'Almada e outros militares mostram a participação de atores sociais que também foram importantes para o processo de dominação lusitano na Amazônia colonial. Atores esses que, em muitos casos, foram negligenciados pela historiografia oficial, que deram ênfase nas ações políticas dos agentes mais poderosos que formam a estrutura política e militar de Portugal/Espanha.

Perante o exposto, pode-se perceber que a demarcação das fronteiras na Colônia do Norte estava intimamente relacionada ao controle das áreas estratégicas, tais como os rios e seus afluentes. Esta etapa era fundamental para movimentar e desenvolver a economia nos sertões amazônicos. Economia essa, baseada na extração dos recursos florestais - drogas do sertão -, atividade com forte dependência do trabalho dos nativos, os quais também eram arregimentados e formavam um contingente de militares de baixa patente.

Por outro lado, a Coroa Portuguesa através da política de seu mais poderoso ministro na época Sebastião José de Carvalho e Melo tomava medidas políticas, no sentido de reorganizar a economia colonial na região, incrementando ações para incentivar a prática da agricultura, que na visão da coroa seria essencial para potencializar a economia local, já que poderia contribuir para fixar os colonos na terra, movimentar a economia e prover os moradores da região com os mesmos privilégios, que gozam os da cidade de Belém.

Tal perspectiva possibilita um olhar para a presença constante de poderes periféricos compondo o quadro funcional da colônia, sobretudo em uma região tão vasta como a Amazônia, com uma imensa rede hidrográfica que se divide em pequenos trechos de rios, fragilizando a ideia de um controle onipresente do além-mar sobre o território.

Diante disso, percebe-se, ainda mais, na medida em que as leis impostas pelo Coroa passavam também pela concordância e interpretação das autoridades locais, constituindo

assim uma sociedade corporativa, complexa e plural onde esse novo olhar de Hespanha permite compreender a América portuguesa como integrante de um vasto império que comportava elementos e dinâmicas sociais bastante diversas.

Referências

Fontes Primárias:

Arquivo Público do Estado do Pará

Fundo: Secretaria de Segurança Pública da Província.

Códices: 0503.

Doc. 0017,0018, 0036, 0037, 0038, 0042, 0044, 004, 0056, 0057, 0059, 0060, 0061, 0062, 0063, 0064, 0065, 0066, 0071, 0072, 0073, 0074, 0075, 0076, 0077, 0078, 0083, 0084.

Códices: 0412.

Doc. 0033, 0034, 0035, 0036, 0037, 0040, 0041, 0042, 0095, 0096, 0097, 0264, 0265

Códices: 0653.

Doc. 08239

Fonte impressa:

MARCOY, Paul. **Viagem pelo Rio Amazonas**. (Tradução de Antonio Porro). Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas e da Universidade do Amazonas, 2001.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1786.

Bibliografia:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul século XVI e XVII** / Luiz Felipe de Alencastro – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BASTOS, Carlos Augusto **A demarcação de limites sob o espectro da guerra: a Província de Maynas e a Capitania do Rio Negro no final do século XVIII**. Trashumante. Revista Americana de Historia Social [en linea]. 2014, (3), 28-47[fecha de Consulta 16 de Junio de 2021]. ISSN: 2322-9381. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=455645388003>.

BRITO, Adilson Júnior Ishihara. **Insubordinados sertões: o império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul – Estado do Grão-Para, 1750-1820**. 2016. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Para, 2016.

BRITO, Adilson Júnior Ishihara. **Domar as águas e os sertões da fronteira intra-americana: a centralidade dos caminhos fluviais nas disputas luso-espanholas do Tratado de Santo Ildefonso**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 39, nº82, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472019v39n82-06>.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Rafael Chambouleyron – Belém: ed. Açai/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA) / Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. BONIFÁCIO, Monique da Silva. MELO, Vanice Siqueira de. **Pelos sertões “estão todas as utilidades”. Trocas e conflitos no sertão amazônico (século XVII)/** REVISTA DE HISTÓRIA 162 (1 semestre de 2010), 13-49.

COSTA, Francisco de Assis. **A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822)**. Economia e Sociedade, Campinas, v.21, n.1 (44), p. 197-219, abr. 2012.

DOMINGUES, A. **Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos**. História, Ciências, Saúde Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

FRAGOSO, João. **Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (século XVII e XIX)**. História: questões & debates. Curitiba. N. 36. p. 99-127. 2002. Editora UFPR.

GRUNZISKI, Serge. **Da porta China à porta do Peru: da história colonial à história global**. /Novos olhares sobre a Amazônia Colonial/org. Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior, - 1. Ed. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2016./pg.79-97.

HESPANHA, Antônio Manoel. **Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do Império colonial português**. Em Na trama das redes, política e negócios no Império Português - Séc. XVI-XVIII (pp. 43-94). Civilização Brasileira, 2010.

HESPANHA, Antônio Manoel. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. Antônio Manoel Hespanha, 1945. São Paulo: Alameda, 2012. 226p.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. **TRAMAS DO COTIDIANO: Religião, Política, Guerra e Negócios no Grão-Pará do setecentos**. Um estudo sobre a companhia de Jesus e a política pombalina. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2009.

LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855**. 2002. (Dissertação PLADES) – NAEA, Universidade Federal do Pará. Belém. 2002.

LOPES, Siméia de Nazaré. **A praça comercial de Belém: negociantes e circuitos mercantis (1790 a 1808)**. Novos olhares sobre a Amazônia Colonial/org. Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior. -1. Ed. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2016. p. 389-406.

REZENDE, Tadeu V.F de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese de doutoramento em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROLLER, Heather Flynn. **Expedições de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800**. Revista de História, São Paulo, Nº 168, p.201-243, janeiro/junho, 2013.

SANTOS, Antônio Cesar de Almeida. **O “mecanismo político” Pombalino e o povoamento da América portuguesa na segunda metade do século XVIII**. Revista de História Regional 15(1): 78-107, Verão, 2010.